

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL - IACS
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL - GGR**

**ANÁLISE DOS PROCESSOS DE GESTÃO DA CASA DE CULTURA DO
M'BOI MIRIM (SÃO PAULO) E A PARTICIPAÇÃO POPULAR
(2013-2023)**

Ana Clara da Silva

Niterói – RJ
2024

ANA CLARA DA SILVA

**ANÁLISE DOS PROCESSOS DE GESTÃO DA CASA DE CULTURA DO M'BOI
MIRIM (SÃO PAULO) E A PARTICIPAÇÃO POPULAR
(2013 - 2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Produção Cultural da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para
obtenção do Grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto F. Rodrigues

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL - IACS
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL - GGR**

ANA CLARA DA SILVA

**ANÁLISE DOS PROCESSOS DE GESTÃO DA CASA DE CULTURA DO M'BOI
MIRIM (SÃO PAULO) E A PARTICIPAÇÃO POPULAR
(2013 - 2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Produção Cultural da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para
obtenção do Grau de Bacharel.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Augusto F. Rodrigues (Orientador) / Universidade Federal Fluminense

Alessandra Kelly Tavares de Oliveira Mestre em Antropologia Social/Programa de
Pós-Graduação em Antropologia Social - USP

Anabela Aparecida Gonçalves Vaz - Fundação Escola de Sociologia e Política de
São Paulo (FESPSP) Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Cultural
Contemporânea - Instituto Singularidades

Niterói, 2024

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S586a Silva, ANA CLARA DA
ANÁLISE DOS PROCESSOS DE GESTÃO DA CASA DE CULTURA DO M?BOI
MIRIM (SÃO PAULO) E A PARTICIPAÇÃO POPULAR (2013 - 2023) / ANA
CLARA DA Silva. - 2024.
57 f.

Orientador: Luiz Augusto F. Rodrigues.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade
Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social,
Niterói, 2024.

1. Gestão Cultural. 2. Participação Civil. 3. Direitos
Culturais. 4. Mobilização Popular. 5. Produção
intelectual. I. Rodrigues, Luiz Augusto F., orientador. II.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e
Comunicação Social. III. Título.

CDD - XXX



COORDENAÇÃO DE
PRODUÇÃO CULTURAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

ATA DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DE TRABALHO FINAL II

Ao **oitavo dia do mês de junho ano de 2024**, às **quatorze horas e trinta minutos**, realizou-se de forma remota (online), em conformidade com resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Fluminense - CEPEX/UFF no 637/2022 e 1.59/2022 - a sessão pública de arguição e defesa do Trabalho Final II intitulado **ANÁLISE DOS PROCESSOS DE GESTÃO DA CASA DE CULTURA DO M'BOI MIRIM (SÃO PAULO) E A PARTICIPAÇÃO POPULAR (2013 - 2023)**, apresentado por **ANA CLARA DA SILVA**, matrícula **217033079**, sob orientação do(a) **Dr. Luiz Augusto F. Rodrigues**. A banca examinadora foi constituída pelos seguintes membros:

1º Membro (Orientador(a)/Presidente): **Dr. Luiz Augusto F. Rodrigues**

2º Membro: **Esp. Anabela Aparecida Gonçalves Vaz**

3º Membro: **Ma. Alessandra Kelly Tavares de Oliveira**

Após a apresentação do(a) candidato(a), a banca examinadora passou à arguição pública. O(a) discente foi considerado(a):

Aprovado

Reprovado

Com nota final após arguição: 10,0 (dez)

E para constar do respectivo processo, a coordenação de curso elaborou a presente ata que vai assinada pelo presidente da banca:

Presidente da Banca

AGRADECIMENTOS

A minha majestosa mãe e meu encantado pai (em memória), que me conduziram e me conduzem no caminho da vida. Aos meus irmãos João e Vitor, pelo suporte e apoio.

Agradeço aquelas que são irmandades, Guilherme Sanva, Well Amorim, Kelly Pires. Se não fosse o crédito, o alento e afeto que recebi de vocês, não teria sido.

As parcerias da Maloka Socialista. Um obrigado especial para Wellington Matias, Wellzinho que formatou e organizou minhas sinceras palavras nessa pesquisa.

A geral do Bloco do Beco pela generosidade e por me legitimarem. Ao Fórum de Pesquisadores de M'Boi Mirim pelo espaço de troca e aprendizado.

Ao meu orientador que acreditou quando duvidei, e com muito respeito e consideração me conduziu até aqui. Aos mentores que me iluminaram os caminhos, Jenyffer Nascimento e Jonathan Martins, que contribuíram grandiosamente.

Foram várias mãos, olhos e ouvidos envolvidos, entre eles Marcele, Natália, Luiza, Flavia, Gabriela e Bruno. Ao Henrique, meu afeto de verdade, que segurou minhas mãos e secou minhas lágrimas. Minha gratidão a Goma Capulanas pelo suporte ao meu corpo físico e emocional. Ao meu amigo Sol Crespo.

Agradeço a cada pessoa envolvida direta ou indiretamente nos movimentos sociais que frutificaram em tantas conquistas, sendo uma delas a Casa de Cultura M' Boi Mirim. Agradeço a todas as pessoas que participaram da pesquisa presencial ou virtualmente, dando sentido ao debate proposto. Agradeço a todas as pessoas que vieram antes e a quem for dar continuidade, sou grata.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
INTRODUÇÃO.....	9
HISTÓRICO DO TERRITÓRIO DA M'BOI MIRIM: FUNDAÇÃO DA CASA DE CULTURA.....	11
NASCIMENTO DA PRIMEIRA CASA DE CULTURA DE SÃO PAULO.....	17
CIDADANIA CULTURAL.....	21
III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURAL DE SÃO PAULO – 2013.....	27
IMPRESSÃO DOS FREQUENTADORES DA CASA DE CULTURA REFERENTE AO ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO.....	29
IMPACTOS NO FUNCIONAMENTO DO ESPAÇO E CAMINHOS POSSÍVEIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICES.....	43

RESUMO

A partir das experiências acumuladas pelos coletivos culturais e frequentadores, esta pesquisa analisa os processos de gestão realizados pela coordenação da Casa de Cultura do M'Boi Mirim e como compreende a participação popular nos últimos dez anos. Desta forma, avalio como as mudanças de cargo de coordenação feitas pela Subprefeitura do distrito de M'Boi Mirim impactou na forma de gestão e sua relação com a participação popular. A Casa de Cultura é a primeira da cidade de São Paulo, fundada pela articulação dos movimentos sociais e culturais dos bairros de Piraporinha, Jardim Ângela, Jardim São Luiz e adjacências da zona Sul da capital, o espaço possui um histórico denso de resistência e atuação na transformação do território. Nesta pesquisa, avalia-se a permanência e manutenção do equipamento em meio às transições de modelo de gestão do espaço. A III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo, apontou eixos e propostas que dialogam com o fortalecimento da participação popular, e esta pesquisa pretende apontar como esses pontos foram trabalhados nos últimos dez anos (2013 a 2023). A metodologia envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas com os coletivos integrantes da Casa de Cultura e com as antigas coordenações do equipamento e trabalho de campo. Com base nos relatos, o presente trabalho visou identificar limitações administrativas que impedem a integração entre a população e o equipamento público e o seu impacto na autonomia das decisões e reivindicações junto ao Estado por melhores condições de funcionamento

INTRODUÇÃO

Propor uma avaliação, partindo da experiência periférica no que se refere à participação na política, especificamente na gestão pública de cultura, é um movimento que envolve muitas forças. Pois trata-se não apenas do exercício do direito à cidadania, mas também sobre a afirmação da existência e resistência de corpos marginalizados. Pautar a necessidade da presença da população periférica nos espaços de debates e decisões que determinam o funcionamento dos serviços que nos atende, é afirmar a urgência do sujeito falar sobre si mesmo. Falar das demandas e necessidades que somente quem vive o impacto das desigualdades sociais sabe. Nesta pesquisa, está registrada a tentativa de entender o que impede, afasta e/ou nega a presença da população nos processos de gestão dos seus direitos, previstos na constituição.

Por se tratar de uma contribuição para o debate sobre gestão cultural/gestão participativa, foi escolhida como exemplo de experiência de equipamento público de cultura a Casa Popular de Cultura do M'Boi Mirim, hoje nomeada como Casa de Cultura do M'Boi Mirim (CCMBM), assumida como equipamento cultural da cidade de São Paulo e passou a ser administrada pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e coordenada pela Subprefeitura de M'Boi Mirim.

Através desta análise dos processos de gestão, pretendi estudar as experiências da participação da sociedade civil na gestão do equipamento cultural público. Avaliar como a coordenação da Casa de Cultura é eleita, se promove e integra o Conselho Gestor nos processos administrativos do equipamento, e como isso influencia na participação popular e apropriação do espaço pela comunidade. Nessa perspectiva, busquei compreender o papel de um espaço público de cultura na estruturação de territórios afetados pela violência e desassistência do Estado. Observou o que levou a fundação da CCMBM, e o impacto da união da comunidade em prol de melhorias para o território.

Para a condução desta pesquisa, utilizei uma abordagem metodológica diversificada. Inicialmente, realizei um levantamento bibliográfico abrangente para fundamentar teoricamente o estudo. Assim, no decorrer do texto, é apresentado conceitos do fundamento da cultura, do entendimento do papel do gestor público de cultura, e sobre as legislações envolvidas. Complementarmente, conduzi entrevistas

semiestruturadas, tanto presenciais quanto virtuais, para obter impressões aprofundadas e variadas de diferentes participantes. Além disso, utilizei formulários físicos e virtuais para coletar dados quantitativos e qualitativos de um público mais amplo. Por fim, adotei a observação participante, trazendo minha análise como frequentadora da CCMBM, permitindo uma compreensão mais imersiva e detalhada do contexto estudado. Esses métodos combinados possibilitaram uma análise robusta e multifacetada do tema em questão.

Os objetivos específicos desta pesquisa visam proporcionar uma compreensão profunda e detalhada do impacto e funcionamento da Casa Popular de Cultura do M'Boi Mirim. Primeiramente, busca-se compreender o papel de um espaço público de cultura na estruturação de um território afetado pela violência e pela falta de assistência do Estado. Em seguida, pretende-se analisar a trajetória da Casa Popular de Cultura do M'Boi Mirim, desde sua fundação até o momento em que foi incorporada como um equipamento cultural da cidade de São Paulo, recebendo apoio da Secretaria Municipal de Cultura através da Subprefeitura de M'Boi Mirim. Outro objetivo é ouvir o Conselho Gestor, formado por representantes dos coletivos que integram a CCMBM. Finalmente, busca-se identificar, a partir das informações apresentadas pelos membros do Conselho Gestor, maneiras e caminhos possíveis para fortalecer o vínculo entre a Casa de Cultura e a população local.

A pesquisa está estruturada em várias partes, cada uma focada em um aspecto específico do estudo. Primeiramente, o capítulo "Histórico do território da M'Boi Mirim e fundação da Casa de Cultura do M'Boi Mirim" traz um recorte do contexto geográfico, político e econômico do território em questão. Em seguida, discute-se o nascimento da primeira casa de cultura de São Paulo, proporcionando um cenário institucional da gestão da ex-secretária municipal de cultura Marilena Chauí. No capítulo "Análise dos Modelos de Coordenação: Perspectiva da Sociedade Civil" examina-se diferentes abordagens de gestão e suas implicações. Aborda o desenvolvimento do projeto Cidadania Cultural, destacando as principais dificuldades enfrentadas na implementação do projeto. A pesquisa também inclui uma análise da III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo - 2013, refletindo sobre suas diretrizes e impactos. A impressão dos frequentadores da Casa de Cultura oferece uma visão das percepções e experiências dos usuários em relação ao espaço de participação. As pessoas representantes dos coletivos que ocupam e

já ocuparam a Casa se fizeram como grandes balizadoras dessa pesquisa, por conta do peso de suas vivências e interferências na trajetória do espaço. Sendo elas em ordem de coleta de entrevista Jonas Gariglio Barbosa (Arakurin), mestre de capoeira, arte educador e um dos responsáveis pela fundação da então Casa Popular de Cultura e precursor do coletivo *Espírito de Zumbi*, um dos primeiros residentes da Casa. O comparativo entre a gestão das Ocupações Culturais e das Casas de Cultura explora as diferenças e semelhanças nas abordagens de gestão desses espaços. Finalmente, a seção sobre “Impactos no funcionamento do espaço/caminhos possíveis” aponta e propõe soluções e recomendações para fortalecer o vínculo entre a Casa de Cultura e a população local, melhorando o funcionamento do espaço.

HISTÓRICO DO TERRITÓRIO DA M’BOI MIRIM : FUNDAÇÃO DA CASA DE CULTURA

“Nóis é ponte que atravessa qualquer rio.”

Marco Pezão¹

Refletir sobre as transformações geográficas e sociais de uma região implica em também observar os fatores que as provocam, como também as respostas dadas a essas mudanças. Pois no âmbito de planejamento de políticas públicas, acompanhar a movimentação do território facilita a articulação de melhorias e avanços.

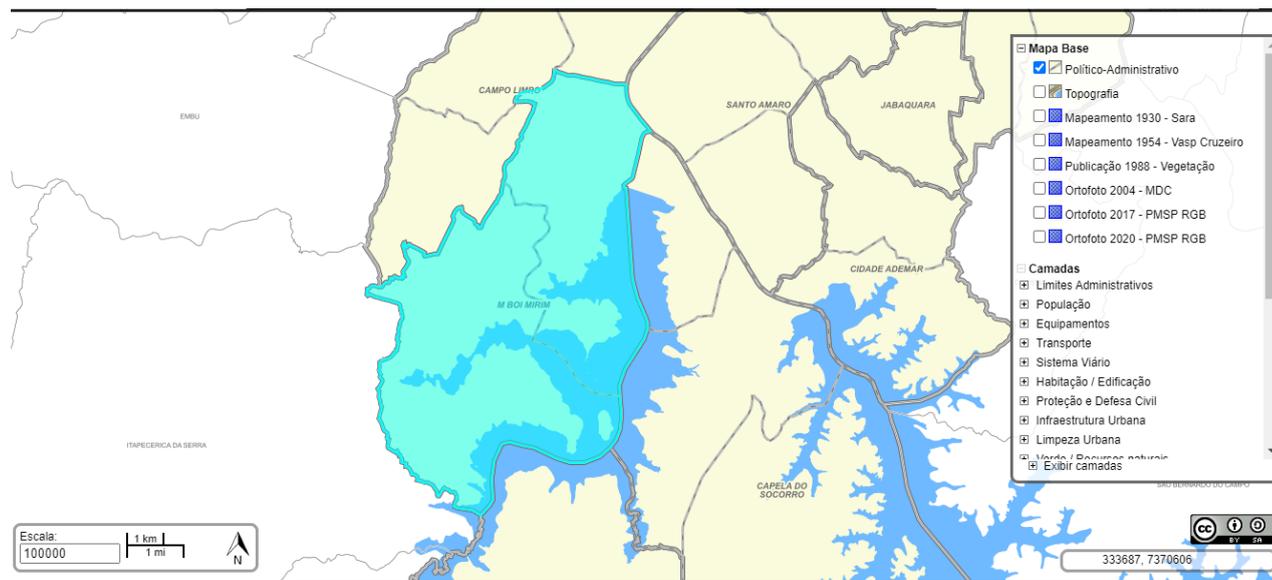
E isso significa que cada rua asfaltada, cada casa com água encanada, cada escola ou posto de saúde construídos, são fatores de mudança no território, principalmente pensando na periferia. Como melhorias e avanços, mas principalmente como resultado da luta dos movimentos sociais e culturais da sociedade organizada, levando em consideração os fatores de desigualdade e segurança pública, que atingem diretamente territórios das margens das cidades.

As “Donas Marias”, que moram e constituem o território da estrada do M’Boi Mirim, se referem ao centro de São Paulo como “a cidade”, como se na periferia não houvesse cidade. Porém resta claro, conforme explicado por Milton Santos, que

¹ Marco Antonio Ladocicco foi dramaturgo, jornalista e agitador cultural, um dos fundadores do Sarau da Cooperifa, um dos movimentos culturais mais importantes das periferias de São Paulo.

estamos falando de uma “Metrópole Corporativa Fragmentada”, onde os bairros do Jardim Ângela, Piraporinha e Jardim São Luiz também fazem parte da cidade, apesar da sua imobilidade.(SANTOS, 1995 p. 80-90). E a ausência de consciência e pertencimento, aumenta a distância entre a população e os debates políticos, esses que ditam o funcionamento do município, e ocorrem no centro.

O território em que a pesquisa se debruça é cortado pela estrada de M'boi Mirim, do tupi, que significa *cobra pequena*. Até então, as margens da estrada eram ocupadas por povos indígenas (Guaranis).



Mapa da região do distrito de M'Boi Mirim²

Mais tarde, a chegada dos primeiros colonizadores enviados por D. Pedro, que de acordo com Darcy Ribeiro, se deu através do modelo “mercantil-salvacionista ibérica”, que é pautado no controle e regulamentação comerciais rigorosos para garantir que a riqueza fluísse de volta para o país colonizador, bem como na extração de riquezas como metais preciosos e produtos agrícolas.(RIBEIRO, 1995). Levando assim, ao loteamento das terras nas margens da represa Guarapiranga, nascendo o então município de Santo Amaro, conseqüentemente expulsando os povos indígenas da região.

A região de M'Boi foi um importante centro produtor de alimentos e materiais de construção desde o século XIX. Esses recursos foram absorvidos pela cidade de São Paulo durante seu processo de urbanização e desenvolvimento. Até 1936, M'Boi pertencia ao município de Santo Amaro, que foi incorporado a São Paulo após

² Disponível em: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#

a inauguração de um aeroporto na região, levando à sua integração à capital³.

Em entrevista cedida para o documentário *História do Bairro M'Boi Mirim / SP - São Paulo*⁴ Maria Reis, moradora do Parque Santo Antônio há 40 anos, emigrante de Minas Gerais, relata que chegou na região em busca de uma vida melhor, porém se deparou com a ausência de recursos mínimos, como saneamento básico, e afirma que todo o povo que chegava à procura de desenvolvimento apenas encontrava dificuldade.

Naquela época, a população do município cresceu exponencialmente com a chegada de nordestinos de vários estados, em forma de mão de obra barata por conta da forte industrialização nos arredores da Marginal Tietê. E a ocupação desordenada e irregular originou as primeiras favelas na extensão da estrada M' Boi Mirim. Formaram-se os bairros dormitórios, onde não se cultivava ou produzia, apenas serviam como moradas temporárias até o horário do trabalho nas fábricas.

O resultado do descaso se expressou na poluição dos leitos de água gerando impacto em todo abastecimento da cidade, encarecendo o tratamento por conta de todo o esgoto despejado irregularmente na represa. O custo de vida da região começou a aumentar, agravando os níveis de fome e violência.

A compreensão de “região carente” veio da ausência de assistência do Estado, que não fornecia a regulamentação dos loteamentos, assim oportunizando acesso ao esgoto, água encanada e energia elétrica, submetendo cidadãos e cidadãs à subsistência. Essa região específica da cidade de São Paulo, a quinta mais populosa do mundo, compreende uma população de 832.033 pessoas, e uma área de 75,7 km², o que equivale à densidade demográfica de 19.759 habitantes por quilômetros quadrados, uma das maiores médias registradas no último censo demográfico de 2010 em todo o Brasil (IBGE, 2011).

Em meio a ditadura militar, a região Sul da cidade de São Paulo se traduzia em conflitos sociais e políticos, as mães formaram na época pequenos clubes que eram de início voltados para a convivência e o ensino de alguns ofícios, como costura e bordados. Com o tempo, eles foram se tornando lugares de luta e de mobilização e neles passou também a se discutir a busca de melhores condições de vida e de serviços básicos que o Estado não oferecia com qualidade.

³ https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/m_boi_mirim/historico/

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DPRTRA1EXzA>

O Clube de Mães aos poucos foi ganhando um caráter político que abrangia desde a falta de escola, transporte, saúde e saneamento básico até o preço dos alimentos; foi assim que surgiu o Movimento Custo de Vida que, a partir das necessidades básicas, passou a contestar toda uma forma de organização social que excluía grande parte da população. Em entrevista presencial realizada nesta pesquisa, Jonas Gariglio Barbosa (Arakurin), mestre de capoeira, arte educador e um dos responsáveis pela fundação da então Casa Popular de Cultura, afirma:

A Casa foi considerada uma entidade mãe, com representantes vindas desde o primeiro bairro da Estrada do M'Boi Mirim, Jardim Alfredo, até o bairro do Jardim Jacira, no após o final da sua extensão. E as mulheres (se referindo ao Clube de Mães) eram altamente esclarecidas politicamente, socialmente. E eram de uma efervescência, uma postura e determinação fantásticas.

Você sabe que tudo que com o poder público, vem tudo através da luta. Nada é dado de presente, ou por serem bonzinhos. O posto de saúde que temos no Figueira Grande, tive o prazer de participar de todo o movimento para conquistarmos isso, junto delas. A canalização do córrego do Piraporinha, foi através da Casa e manifestações. (ARAKURIN, 2022)

O “custo de vida” foi a principal causa desses movimentos da região, pois os anos de arrocho salarial deixaram os trabalhadores com muitas dificuldades, visto que os salários não acompanhavam a alta inflação do período. Foi essa articulação o pontapé da luta e conquistas populares como transporte, escolas, posto de saúde, asfalto e outras melhorias para os bairros.

E se faz necessário registrar os sacrifícios que o movimento dos trabalhadores e moradores das favelas adjacentes a M'Boi Mirim tiveram que fazer, assim como ações de resistência, a exemplo de Santo Dias da Silva, operário e militante da Pastoral Operária, que aos 37 anos foi morto pela Polícia Militar em frente à fábrica Sylvania, na Zona Sul de São Paulo. O crime aconteceu enquanto Santo Dias distribuía panfletos convocando operários para uma greve. Dias se envolveu ativamente no movimento sindical durante os anos de 1970, uma época marcada pela intensa repressão política e pela luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e direitos. Ele se destacou como um líder sindical comprometido com os interesses dos trabalhadores metalúrgicos e também com causas sociais mais amplas. Santo Dias foi morto em 1979, durante uma manifestação.

Posteriormente à grande onda de desemprego na cidade e à informatização e robotização dos postos de trabalho em contrapartida da falta de instrução da

população pobre, o início dos anos 1980 foi marcado pelo crescimento do tráfico de drogas e violência policial nas periferias, estabelecendo uma atmosfera de guerra civil. Conforme registrado pela Rede Nossa, em sua atualização mais antiga de 2008, revela que os distritos do Morumbi e Bela Vista apresentavam o número de mortes por homicídio, na faixa etária de 15 a 29 anos (inclusive) ocorridos no município, por 100 mil habitantes 0,00, enquanto Jd. Angela apresentava 86,44 e a região do Socorro 100,73, quase no topo do ranking⁵.

O Fórum de Defesa à Vida surgiu na região do Jardim Ângela, em São Paulo, durante a década de 1990, um período marcado por elevados índices de violência e criminalidade. Fundado em 1996, o fórum foi uma resposta direta à grave situação enfrentada pela comunidade, que chegou a ser considerada uma das áreas mais violentas do mundo pela ONU. Composto por lideranças comunitárias, religiosos, representantes de ONGs e moradores locais, o Fórum de Defesa à Vida buscou articular ações que promovessem a segurança e a qualidade de vida dos habitantes da região. A igreja Santos Mártires foi o Centro de articulação comunitária e base de operações do Fórum, tendo o Padre Jaime Crowe, pároco da igreja, um dos principais articuladores. Sua atuação foi pautada pela mobilização social e pela reivindicação de políticas públicas que abordassem não apenas a segurança, mas também aspectos estruturais como saúde, educação e moradia. Uma das estratégias fundamentais do fórum foi a criação de redes de apoio e solidariedade dentro da comunidade, fortalecendo os laços sociais e promovendo uma cultura de paz. A organização realizou diversas campanhas de conscientização, eventos culturais e ações de diálogo com as autoridades públicas para pressionar por melhorias efetivas. Ao longo dos anos, o Fórum de Defesa à Vida tornou-se um símbolo de resistência e luta comunitária, contribuindo significativamente para a redução da violência e a construção de um ambiente mais seguro e inclusivo no Jardim Ângela. A Pastoral da Juventude foi o grupo que atuou na conscientização e mobilização de jovens contra a violência.

A “Associação M’Boi em Ação” foi uma das iniciativas que uniu diversos bairros do complexo formado na extensão da estrada e represa Guarapiranga, e que dividiam as mesmas problemáticas. Nesse período, a classe trabalhadora junto com a comunidade começaram a dedicar o tempo que teoricamente seria de folga para o

⁵ <https://www.redesocialdecidades.org.br/br/SP/sao-paulo/regiao/++jardim-ngela/homicidio-juvenil>

acompanhamento das políticas públicas desenvolvidas para e no território.

Foram mais de 40 anos marcados pela luta de diversos grupos sociais e ativistas, para que hoje a região de M'Boi Mirim apresentasse um avanço significativo no que tange a apropriação, participação e envolvimento da sociedade civil no desenvolvimento do território. E as expressões culturais foram de extrema importância para a reafirmação e resgate da autoestima da periferia da Zona Sul, para além das denúncias, mas também como forma de desconstruir a imagem projetada sob o território: pobreza.

Segundo Martins (2020, p. 36-39), os desafios diários enfrentados por esses indivíduos têm sido abordados coletivamente através de projetos em educação e cultura popular. Nesses projetos, diversos coletivos e movimentos sociais se unem em uma cena de resistência, manifestada por iniciativas como Casas Populares de Cultura, Cursinhos Comunitários, Saraus e Cafés Filosóficos.

O grupo de RAP Racionais' MC é um dos maiores exemplos da expressão artística da periferia de São Paulo, que levou a todo o Brasil e ao mundo a realidade das ruas do Capão Redondo e da vida de quem resistiu e resiste até os dias de hoje.

Na música "Da ponte pra cá" do álbum *1000 Trutas 100 Tretas* eles dizem:

*Cada favelado é um universo em crise
Quem não quer brilhar, quem não, mostra quem?
Ninguém quer ser coadjuvante de ninguém.
(RACIONAIS. 2004)*

O grupo Racionais MC's destaca a complexidade e a diversidade das experiências individuais dentro das favelas. Quando se referem a "crise" não falam apenas das dificuldades econômicas ou sociais, mas também do estado de constante luta e desafio para os moradores das periferias. E aproveita para destacar o potencial de brilhar que cada favelado tem, independentemente das circunstâncias difíceis. Por outro lado, apresenta a crítica à sociedade que muitas vezes não valoriza ou reconhece esse potencial das pessoas das favelas. Em toda sua obra, o grupo emerge o desejo por reconhecimento e protagonismo, indicando uma busca por igualdade e justiça social.

NASCIMENTO DA PRIMEIRA CASA DE CULTURA DE SÃO PAULO

A Casa foi fundada em 1984 por um grupo de mulheres da região de Figueira Grande, Piraporinha e arredores. A fundação contou com a integração de 25 entidades de M' Boi Mirim, abrangendo desde o Jardim Alfredo até o Aracati. É fundamental destacar que a Casa foi erguida literalmente pelos movimentos populares, com a comunidade participando ativamente na construção física das suas instalações, pelo modelo de construção de mutirão.



Imagem exposta no aniversário de 40 anos da CCMBM - foto do mutirão de construção da Casa Popular de Cultura de M1, Boi Mirim.(autor desconhecido)

Os objetivos iniciais da articulação dos movimentos eram criar um espaço para um Grupo de Mães, uma agência do Banco do Brasil que atendesse as demandas burocráticas do território e um equipamento cultural com atividades artísticas. No entanto, o foco principal era o trabalho comunitário e social, buscando melhorar a qualidade de vida na região com melhorias nos serviços públicos de transporte, saúde e educação.

Entidades ligadas à igreja como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram de grande importância no processo de luta e resistência desses territórios, não só

para o movimento cultural. Luiz Herculano, sindicalista e um dos primeiros diretores da Casa de Cultura, afirma que enquanto o bairro carecia de iluminação e segurança pública, transporte e saneamento básico, foi realizado um mutirão para a construção de um espaço que pudesse acolher atividades culturais como oficinas de arte, teatro, shows e encontros de troca de saberes.

A LEI Nº 11.325, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992, foi uma legislação importante para o estabelecimento das Casas de Cultura na cidade de São Paulo durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, que pertencia ao Partido dos Trabalhadores (PT). Esta lei foi fundamental para estruturar e promover a cultura na cidade, estabelecendo diretrizes para a criação e funcionamento das Casas de Cultura, que são espaços dedicados à promoção cultural, desenvolvimento artístico e cultural, bem como à integração comunitária⁶.

Art. 2º As Casas de Cultura deverão:

I - afirmar a cultura como direito dos cidadãos;

II - garantir um espaço de democratização do acesso aos bens culturais e a superação de preconceitos de qualquer natureza, desenvolvendo junto à população hábitos de convivência cultural pluralista e comunitária;

III - facilitar a emergência da produção cultural das regiões de São Paulo e a afirmação de sua pluralidade, respeitando sua diversidade, para superação de toda discriminação cultural entre centro e periferia;

IV - propiciar o crescimento da consciência cidadã norteada pela diretriz de uma política cultural fundamentada no conceito de Cidadania Cultural, garantindo:

a) o direito à população de participar das decisões quanto ao fazer artístico cultural;

b) o direito à informação, comunicação, aos serviços artísticos-culturais, à sua fruição e participação neles;

c) o direito à experimentação e à invenção do novo nas artes, nas humanidades e nas técnicas;

d) o direito a espaço para reflexão, debate e crítica, e a criação de condições para o desenvolvimento de agentes argumentativos e críticos, capazes de multiplicar as ações artístico-culturais locais e regionais.

Foi entre 1989 e 1992 no governo da então prefeita Luiza Erundina que a Casa de Cultura de M'Boi Mirim foi incorporada no projeto Cidadania Cultural proposto pela Secretaria de Cultura Marilena Chauí. Ainda no começo do mandato, foram projetadas mais treze Casas de Cultura em todas as regiões da cidade, sendo Santo Amaro e Itaquera com duas unidades.

As instalações das Casas de Cultura, desde seu início, ocorreram através da ocupação de espaços ociosos ou por meio de mutirões de construção, ação que foi muito questionada pela Secretaria Municipal de Habitação.

⁶LEI Nº 11.325 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992 Disponível em <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-11325-de-29-de-dezembro-de-1992#>

Em 1999 foi lançado um movimento chamado “Arte Contra a Barbárie” em forma de manifesto contra o governo regente da época, e que mais adiante se tornaria a força criadora de um dos mais importantes espaços culturais da periferia sul de São Paulo, o Sacolão das Artes (2007). Essa ocupação cultural foi gerida coletivamente por grupos artísticos dos territórios adjacentes ao bairro Parque Santo Antônio. Dentre eles, estavam representantes de diversas linguagens como a Brava Companhia de Teatro e o Núcleo de Comunicação Alternativa, de cinema.

Foram diversas ocupações culturais abertas pela cidade, seguindo o modelo de coordenação comunitária e gestão compartilhada entre artistas, produtores e coletivos periféricos.

Daniel Santiago, educador e ativista dos movimentos sociais, foi o último presidente da CCMBM nomeado através do conselho gestor da época (2010) e em entrevista nos trás uma boa explanação sobre o contexto daquele momento:

A partir de 1992 , na gestão Erundina , o poder público , com aval da diretoria da entidade , vincula a Casa ao poder público e também nesse momento institui a criação de outras Casas na cidade , baseado no projeto da M Boi , então após essa vinculação , cria se conselhos gestores nas Casas para junto com o poder público gerir esses espaços (apesar que isso nunca funcionou direito). Na nossa Casa , aquela diretoria criada na fundação , permanece como estava e fazendo o papel de Conselho Gestor. Assim temos uma Co-gestão: diretoria da entidade (representada pelo presidente) e uma coordenação instituída pelo poder público , inclusive a primeira coordenadora da Casa , a Zilda , é uma das mulheres fundadoras. O último coordenador indicado pela entidade foi o Luiz Claudio, do Bloco do Beco , em 2006 mais ou menos. Dessa forma, temos coordenação e diretoria administrando o espaço. Tivemos vários presidentes (eleitos pelos coletivos e usuários) e vários coordenadores (por um bom tempo , até 2010 , indicados pelos coletivos e nomeados pela prefeitura para o cargo. Depois disso , começou haver interferência de vereadores (aliados ao presidente da Câmara Milton Leite) na indicação do coordenador. Começou a indicar cabos eleitorais para o cargo , sem consulta ou respaldo dos coletivos e da entidade. Mesmo assim , a entidade ou conselho gestor ainda permanece gerindo e conjunto com a coordenação a Casa , após a saída do Luiz , foi indicado pelo Milton Leite , o Marcos (não tinha nenhum vínculo com a cultura). Durante esse período todo , eu fiz parte de várias diretorias como tesoureiro , secretário , etc...e em 2010 , por indicação dos coletivos , eu virei presidente da entidade , ainda tínhamos o poder de autonomia e independência em relação às oficinas , os eventos pontuais e a definição de como usar as parcas verbas que o poder público fornecia. Então eu fui presidente de 2010 até 2021 (apesar que parte do coletivo ainda me considera o presidente da entidade) pois depois de mim não houve a eleição de um novo , devido ao enfraquecimento da diretoria (conselho gestor) devido a pandemia e a ações propositais do poder público. Então

tivemos vários coordenadores Luiz , Marcos , Arakurin , Edi e agora Acácio e vários presidentes : Antônio do MDM , Herculano (Nego Véio) , Verinha , Manuel , Arakurin e eu , o último e para alguns , presidente até hoje. Há uma luta para refazer os conselhos gestores nas Casas , a lei que rege esses conselhos ainda é vigente , mas o poder público não reconhece e atropela. (SANTIAGO. Junho de 2024)

Como a cidade de São Paulo possui uma gestão “loteada”, as coordenações das Casas de Cultura acabam correspondendo a disputas políticas vindas da Câmara dos vereadores da cidade. Hoje a indicação é feita por conta das relações de poder e controle dos territórios, principalmente periféricos.

Conforme Luiz Herculano, em 2014, em sua pesquisa onde avaliou as gestões municipais posteriores à prefeita Erundina, notou-se que houve transições entre políticas progressistas e neoliberais, que interferiram diretamente no programa das Casas de Cultura. Os governos neoliberais foram responsáveis pelo processo de sucateamento e esvaziamento das Casas, principalmente através da redução da verba aplicada no programa. E se faz importante o entendimento de que o fomento à cultura periférica interfere diretamente na autoestima da população que constrói a cidade com sua força de trabalho, e que possui o direito de exercer a sua cidadania na totalidade. Dassoler destaca a relevância da comunicação, informação, arte e cultura na promoção de processos e lutas sociais que buscam melhores condições de vida para a sociedade como um todo. Indivíduos historicamente marginalizados têm, atualmente, utilizado tecnologias desenvolvidas para intensificar a dominação e a eficácia do capital, como a informática e as telecomunicações, para realizar processos artísticos e culturais que trazem à tona as questões enfrentadas pelos pobres, sugerindo novas formas de organização do trabalho e produção de conhecimento. (DASSOLER, 2011)

MODELOS E PROJETOS DE GESTÃO CULTURAL DA CASA DE CULTURA

O conceito de cultura é histórico e dinâmico. No século XVIII entendia-se cultura como o ato de criar, cultivar, cuidar, a cultura como forma de forjar o ser humano. A partir do século XVIII entende-se cultura como resultado do homem, cultura como efeito. Cultura também é o resultado da troca e aprendizado das expressões, sendo necessária a criação de espaços próprios para esses processos.

Foi a partir do século XIX que se amplia a noção de cultura para além das artes e letras mais canônicas, induzindo à noção ampliada de cultura: “conjunto de processos a partir dos quais a significação das estruturas sociais é elaborada, reproduzida e transformada por meio de operações simbólicas” (GARCÍA CANCLINI, 2019, p. 55).

Da mesma forma que para colher bons alimentos é necessário cultivar boas sementes, para ser uma pessoa forte e coerente, é necessário cultivar boas experiências e posturas construtivas na perspectiva social. Porém, como trazido por Victor é necessário “desculturalizar a cultura”, arrancar a cultura de sua suposta autonomia e utilizá-la como recurso para intervir na transformação social. Para que as políticas de cultura sejam mais amplas, inclusivas, integradas, estruturantes e instituintes. (VICH, 2017).

O modelo de Casas de Cultura, com o objetivo de descentralizar o acesso a este direito, não surgiu no Brasil. Na Europa já frequentavam espaços pensados para reunir todas as linguagens artísticas de maneira democrática para toda a população. Em países como Berlim, Bélgica, Noruega e França, diversos espaços subutilizados foram ocupados com cultura, como edifícios abandonados, fábricas desativadas, até mesmo áreas militares.

Importante notar que esses modelos de centros culturais independentes estrangeiros também são mantidos com verba pública e possuem uma auto gestão no que se refere a dinâmica de funcionamento e programação das atividades, que respeitam a diversidade cultural e necessidades específicas de cada local.

Na América Latina, pode-se destacar a experiência cubana na implementação do Sistema Nacional de Casas de Cultura, onde previu a abertura de ao menos uma Casa de Cultura em cada território do país, desde 1978. Tanto que, para coordenar as ações das Casas, o Ministério da Cultura de Cuba legitimou um Conselho Nacional especialmente para o Sistema das Casas.(SILVEIRA,2022.)

CIDADANIA CULTURAL

Separar uma sessão nesta pesquisa para se voltar ao conceito *Cidadania Cultural* é fundamental, tanto para o entendimento de onde partiu o interesse por meio do Estado de legitimar a existência da existência das Casas de Cultura, quanto para perceber a necessidade do retorno e manutenção.

Trata-se de um conceito trabalhado em projeto instituído na gestão de Marilena Chauí como Secretária Municipal de Cultura de São Paulo, onde se propõe a recusa da dependência do órgão público para a produção de cultura, e coloca o cidadão como detentor de direito, e não como consumidor.

Cabe mencionar que, na gestão anterior do Prefeito Mário Covas (1983-85), foi lançado pelo Secretário Municipal de Cultura, Gianfrancesco Guarnieri, o Projeto Cultura na Cidade. Esse Projeto visava à realização de mostras e eventos culturais e a construção de cinco centros culturais. Foram criados três: o Centro Cultural São Paulo, o Centro Cultural do Jabaquara e o Centro Cultural do Itaim Paulista. Quanto às iniciativas culturais pode-se considerar que eram manifestações isoladas em regiões diversas da cidade e que não faziam parte de um projeto articulado do Governo⁷.

Se deu em um governo que introduziu a participação prática da sociedade, resgatando a ideia essencial de república e democracia. Coloca a Secretária Municipal como estimuladora e viabilizadora da fruição cultural pela população e a implementação de Sistemas como Colegiados, Fóruns e Conselhos se tornam como espaço de participação civil direta; a desfazer a divisão entre cultura central e cultura periférica. Com isso, se ampliam ideias como Cultura como conceito de antropologia, como diferenciador do homem; Cultura como política, entendendo o direito de todas e todos acessarem, usufruírem e produzirem; Cultura entendida por cada sujeito, considerando cada ponto de vista histórico, fugindo da unidade de imaginário, e destacando as contradições e diversidades que compõem a sociedade.(CHAUÍ, 2021)

Dentro da Cidadania Cultural, Marilena desenvolveu programas e projetos muito importantes para atingir o objetivo de democratização cultural, como o programa *Arte na Escola Pública*, como uma iniciativa que visava integrar o ensino das artes ao currículo das escolas públicas, promovendo uma educação mais abrangente e enriquecedora. O programa buscava incentivar a expressão artística entre os alunos e professores, proporcionando acesso a materiais e atividades que fomentam a criatividade e o pensamento crítico. O projeto *Memória Social do Cotidiano*, com o objetivo preservar e valorizar a história e as tradições das comunidades locais. Este projeto não só preservava a memória coletiva, mas também promovia o

⁷ Fonte: <https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/199-641-1-PB.pdf>

reconhecimento da importância do patrimônio imaterial, reforçando o senso de identidade e pertencimento das comunidades. E a criação dos *Núcleos de Cultura e os Fóruns Regionais*, que funcionavam como espaços de articulação e diálogo, reunindo representantes de diferentes segmentos da sociedade para discutir e planejar ações culturais. Os fóruns regionais eram eventos periódicos onde a população podia expressar suas demandas e colaborar na construção de políticas públicas culturais. Essa abordagem participativa fortalecia a democracia cultural e assegurava que as iniciativas da Secretaria de Cultura atendessem às reais necessidades da população.

Marilena Chauí teve seu mandato marcado pela tentativa de democratizar o acesso à cultura e por implementar o projeto Cidadania Cultural, mas ela enfrentou diversas dificuldades. No início do governo, as estruturas dos equipamentos públicos foram encontradas abandonadas e oferecendo riscos para os trabalhadores e usuários, situação que ainda persiste.

De um lado, existe uma parte da população que sofre com a falta de direitos humanos básicos, como saúde, educação e segurança. Do outro, há pessoas que se apropriam indevidamente de recursos públicos, tratando-os como se fossem propriedade privada. O exemplo do Teatro Municipal ilustra isso: um bem público destinado ao uso coletivo é tratado por alguns como se fosse de uso exclusivo, evidenciando a desigualdade e a falta de acesso justo a esses recursos.

A verba de investimento da Secretaria Municipal de Cultura sempre foi reduzida, criando dificuldades na divisão dos recursos entre as demandas existentes e forçando a definição de prioridades e prazos injustos. A gestão de Marilena Chauí combateu a cultura de “projeto de balcão”, que reforçava o privilégio de grupos seletos, considerados “cultos”, que tinham prioridade para receber incentivos. A introdução de “parcerias com iniciativas privadas” transformou a lógica da gestão cultural, permitindo que os interesses do mercado comesçassem a prevalecer sobre os direitos da cidadania cultural.

A burocratização dos processos de gestão cultural acaba por dessensibilizar a prática e atrasar a inovação, visto que tende à rotina e repetição. A hierarquia e a falta de transparência são sintomas de um sistema burocratizado. Ao contrário de uma máquina, a burocracia visa o controle de micropoderes exercidos pelos

gestores, muitas vezes resultando em clientelismo e má vontade, com decisões e ações sendo tomadas por puro idealismo.

Marilena Chauí (2021, p. 100) afirma que “Os hábitos burocráticos operam para a manutenção de mando e poderes e não para a proteção efetiva da coisa pública.” A burocracia, com todas as suas hierarquias, segredos, rotinas e impessoalidades, perpetua a sabotagem política dentro do setor cultural. O projeto Cidadania Cultural propôs à Secretaria Municipal de Cultura uma drástica alteração nos processos burocráticos, visando melhorar a autonomia e liberdade das atividades culturais. Graças à criação de equipamentos como as Casas de Cultura, foi possível experimentar uma cogestão com a sociedade civil, com mais participação e escuta.

A confusão entre política e administração e o cumprimento das leis e normas são determinados pelos gestores, resultando na ausência de um exercício efetivo da política. Concepções jurídicas não deveriam interferir em ações ligadas a projetos e programas políticos escolhidos pelos cidadãos organizados. Um exemplo disso é o projeto das Casas de Cultura, que recebeu a argumentação jurídica de que “não são cultura” e não pertenciam ao escopo de “belas artes”.

Apenas em 1991, o jurídico da Secretaria Municipal de Cultura alterou o campo funcional por meio de decreto, redefinindo o conceito de cultura que baliza a atuação do governo municipal. O decreto previu: “Considera-se atividade de natureza artística e cultural tudo o que deriva da atividade humana, como resultado de sua criação intelectual, sob todas as formas de expressão.” “A Secretaria Municipal de Cultura deverá apoiar e incentivar a valorização e difusão das manifestações culturais e oferecer condições à população para acesso aos bens culturais.” Esses bloqueios jurídicos também interferem em ações entre secretarias, como a Secretaria de Saúde e Educação.

A relação entre a Secretaria Municipal de Cultura e a Câmara dos Vereadores sempre foi complexa e tensa, pois a SMC é vista como um “balcão de favores”, onde se pode solicitar eventos, serviços e cargos em troca de poder político. Esses atributos impedem a real e efetiva atuação da Secretaria.

Os agentes culturais sentiram grande frustração ao perceberem uma população totalmente influenciada pelas demandas culturais da mídia e da indústria, o que

destacou a necessidade de um trabalho de base que questionasse o consumo e a produção cultural da população. As expectativas criadas pelo projeto Cidadania Cultural foram quebradas quando as buscas pelos serviços culturais, como shows, refletiam mais o que era transmitido na TV e no rádio, e não necessariamente o que os artistas locais estavam produzindo. A indústria coloca a cultura como produto de entretenimento, e não como um direito básico do cidadão.

Após a gestão progressista de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo entre 1989 e 1992, o cenário político da cidade tomou um rumo diferente com administrações subsequentes que foram frequentemente associadas a políticas mais alinhadas ao neoliberalismo.

Paulo Maluf, eleito para o mandato de 1993 a 1996, embora não se autodenomine neoliberal, implementou uma série de políticas voltadas para o desenvolvimento urbano através de grandes obras públicas e parcerias público-privadas. Seu período foi marcado por um foco intenso em infraestrutura, incluindo a construção de túneis, viadutos e novas avenidas. Contudo, muitos dos seus feitos levaram Maluf a investigações criminais por desvio de verba⁸.

Celso Pitta, que sucedeu Maluf de 1997 a 2000, foi considerado mais explicitamente alinhado ao neoliberalismo. Sua administração promoveu privatizações e medidas de ajuste fiscal, mas também foi manchada por escândalos de corrupção e dificuldades financeiras que geraram controvérsias significativas.

José Serra, prefeito entre 2005 e 2006, embora tenha tido um mandato breve antes de buscar outros cargos, continuou a orientação neoliberal ao implementar políticas de austeridade fiscal e busca por maior eficiência na gestão pública.

Gilberto Kassab, que sucedeu Serra e governou de 2006 a 2012, também adotou uma abordagem neoliberal. Ele focou em parcerias público-privadas, privatizações de serviços públicos e iniciativas de desenvolvimento urbano com a participação do setor privado, buscando modernizar a gestão municipal e atrair investimentos.

Mais recentemente, João Doria Jr., eleito em 2017 e que deixou a prefeitura em 2018 para concorrer ao governo estadual, também foi identificado com o neoliberalismo. Durante seu curto período como prefeito, ele enfatizou a eficiência

⁸ Prefeitura de SP e MP fazem acordo sobre US\$ 67 milhões desviados por Maluf - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/24/prefeitura-de-sp-e-mp-fazem-acordo-so-bre-us-67-milhoes-desviados-por-maluf.htm>

na gestão, promoveu parcerias com o setor privado e atraiu investimentos estrangeiros para a cidade.

E foi somente em 2016, no surgimento da Ocupação Cultural Coragem na zona Leste de São Paulo, durante o governo de Fernando Haddad, quando foi possível vislumbrar a possibilidade de legitimação e apoio por parte da prefeitura. Na época, a subprefeitura providenciou serviços de zeladoria para a reforma do espaço que seria ocupado pelo movimento, se colocando à disposição para contribuir com a manutenção das atividades. Foi através do decreto nº 57.528, de 12 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a reorganização e as atribuições da Secretaria Municipal de Cultura, que altera a denominação de equipamentos culturais, bem como altera a nomeação e a lotação dos cargos de provimento em comissões e coordenações que especifica. Importante lembrar das principais políticas culturais instituintes, que são a Lei nº 13.018 de Julho de 2014 - Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) e Emenda Constitucional nº 71 de 29 de Novembro de 2012 do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que criam condições de expressão em todos os universos simbólicos, ampliar repertório estético e relacional, reforçar condições de coesão social.

Para contextualizar o debate no recorte proposto nesta pesquisa, se faz necessário a leitura da linha do tempo que apresenta as principais mudanças das linhas de governo, desde a fundação da CCMBM, com foco no período de 2013 a 2023.

Essa linha do tempo destaca a importância das mudanças administrativas e políticas na gestão cultural de São Paulo, demonstrando como cada novo líder traz suas próprias prioridades e abordagens para a cultura. Essas mudanças refletem a dinâmica e a complexidade de gerir a cultura em uma grande cidade como São Paulo, onde a participação popular, as conferências de cultura e as nomeações estratégicas desempenham papéis cruciais na definição das políticas culturais.

Acontecimentos Políticos sobre a Casa de Cultura

Mudança de Governos Municipais e Coordenações da CCMBM



Acontecimentos Políticos sobre a Casa de Cultura

Mudança de Governos Municipais e Coordenações da CCMBM



III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURAL DE SÃO PAULO - 2013

A Conferência Municipal de Cultura é um espaço onde os cidadãos podem expressar suas opiniões, demandas e sugestões sobre políticas culturais. Estes tipos de encontros incentivam a participação ativa da população nos processos de decisão que afetam a vida cultural da cidade, promovendo a cidadania ativa e o engajamento comunitário. A III Conferência Municipal de Cultura foi um marco

importante no diálogo iniciado em 2013 para construir políticas culturais. Funcionando como um fórum participativo, aberto e democrático, a Conferência permitiu que o poder público ouvisse as propostas dos diversos agentes culturais da cidade. O processo da Conferência demonstra que o diálogo pode ser uma solução política, e que mesmo entre diversas disputas, a escuta ativa e a comunicação fortalecem a democracia, respeitando e reconhecendo as limitações na formulação das soluções necessárias para fortalecer a cultura na cidade.

Esse processo está alinhado também com a institucionalização das políticas culturais em nível federal. A implementação do Sistema Nacional de Cultura visa criar ferramentas para maior integração intergovernamental e participação da sociedade civil na elaboração das políticas culturais. A adesão de São Paulo a esse sistema, formalizada pouco antes da III Conferência, é extremamente importante para a cidade.

Tanto nas pré-conferências regionais quanto na Conferência Municipal, os debates foram organizados em torno dos quatro eixos temáticos propostos pela III Conferência Nacional de Cultura. Aqui serão destacados os eixos I e III, os quais apresentaram propostas aprovadas que mais dialogam com os processos de gestão que atravessam a administração da CCMBM, sendo eles⁹:

Eixo I - Sistema Municipal de Cultura

Propostas aprovadas

- 1. Implantar o Conselho Municipal de Cultura, garantindo um fundo para sua manutenção, com caráter deliberativo e maioria de representantes da sociedade civil, constituído por colegiados regionais, setoriais e de usuários da cultura, mediante ampla consulta por parte da Secretaria Municipal de Cultura sobre a composição e forma de ingresso nos colegiados de modo a garantir a diversidade de linguagens e segmentos, sendo atribuição do conselho promover o debate sobre o orçamento participativo da cultura.*
- 2. Criar os Conselhos Regionais de Cultura deliberativos com maioria de representantes da sociedade civil, por subprefeituras.*
- 3. Criar o Plano Municipal de Cultura com a participação ativa da sociedade civil.*
- 7. Reestruturar a Secretaria Municipal de Cultura e ampliar seu quadro de funcionários por meio de concursos públicos e plano de carreira e promover a formação continuada para funcionários, gestores dos equipamentos*

⁹ Publicação sobre a III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/3ConfPublicacaoPDF_1402497067.pdf

culturais e dos CEUS, supervisores de cultura das subprefeituras e conselheiros, garantindo a ocupação dos cargos por profissionais da área da cultura, sem terceirização dos serviços e equipamentos culturais.

8. Regular e garantir a administração direta dos equipamentos públicos de cultura (incluindo as Casas de Cultura) pela SMC, assegurando a gestão participativa e compartilhada por meio de conselhos gestores paritários, fóruns e consulta eletrônica. 9. Criar um Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, integrado ao SNIIC, que disponibilize as informações da execução orçamentária, realize censos dos equipamentos, dos trabalhadores da cultura e das iniciativas culturais, aprimorando a divulgação das políticas culturais e da programação cultural da cidade, com consulta pública em plataforma online.

Eixo III - Cidadania e Direitos Culturais;

1. Políticas Públicas voltadas para o Hip Hop com efetivação da Semana Municipal do Hip Hop, conforme determina a lei (referência legal) e com autonomia do Movimento Hip Hop na organização; reconhecimento do Fórum Municipal das mulheres do Hip Hop e demais organizações; efetivação do projeto político- pedagógico para interface com educação; 5 casas de hip hop como centros culturais de referência e memória e políticas de circulação para a linguagem.

2. Ampliar o conceito de diversidade através da criação de políticas públicas e leis da questão etnico-racial, contemplando outros grupos que culturalmente reivindicam espaços de inclusão, por meio da municipalização da Lei Griô e de editais dedicados a artistas e grupos que tratem temáticas como as de apoio à capoeira, as rodas de samba e povos de terreiro, à cultura da infância, população idosa, cultura surda, questões de gênero, povos e comunidades tradicionais, grupos LGBTs, indígenas, pessoas com deficiência, preservando a memória desses grupos através de eventos culturais e em equipamentos como arquivos, bibliotecas e museus.

5. Mapeamento colaborativo da produção cultural e dos espaços culturais públicos e privados, com perfil e programação dos espaços, artistas, grupos e coletivos. Criação de interface única de acesso ao mapeamento e agenda, com criação de API para integração a redes sociais, sites externos e aplicativos. Com base no mapeamento, implementação de zonas ou distritos culturais pelas 5 zonas da cidade. Treinamento e capacitação de artistas e gestores para inserção e manutenção do conteúdo do mapeamento e agenda.

6. Retomar as Casas de Cultura para a SMC. Assim como, transformar o decreto por subprefeitura de regulamentação das mesmas em lei e com orçamento próprio, tendo como meta a destinação de uma Casa de Cultura e uma biblioteca pública por distrito .

IMPRESSÃO DOS FREQUENTADORES DA CASA DE CULTURA REFERENTE AO ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO

Para avaliar a percepção dos frequentadores da Casa de Cultura M'Boi Mirim sobre a gestão do espaço e a participação civil na coordenação, utilizamos uma

abordagem mista, combinando a aplicação de questionários presenciais durante um evento cultural e a disseminação de formulários online. A fase da pesquisa de campo foi realizada durante o evento mensal **Panelafro**¹⁰, que acontece regularmente na Casa de Cultura. Este evento foi escolhido por sua capacidade de atrair um grande número de frequentadores e membros de diferentes coletivos que utilizam o espaço. O evento Panelafro tem como principal objetivo celebrar e difundir a cultura afro-brasileira através de uma programação variada que inclui música, dança, artes visuais, gastronomia e exposições. Ele busca promover o diálogo intercultural e incentivar o orgulho e a valorização da herança cultural afro-brasileira, entre os moradores da região e visitantes.



Foto do Panelafro edição Maio/2024

Durante o Panelafro, o questionário aplicado abordou os seguintes aspectos: gênero, faixa etária, região de residência, se possui título de eleitor ativo e se compõe algum coletivo ou organização civil (sindicato, ONG, Redes, etc.). Os participantes do evento foram selecionados aleatoriamente para responder ao questionário, garantindo uma diversidade de opiniões e representatividade dos diferentes grupos presentes. Foram distribuídos questionários impressos aos participantes, que puderam preenchê-los durante o evento. A aplicação dos questionários ocorreu ao longo de todo o evento, permitindo uma coleta ampla de dados em um ambiente informal e descontraído.

¹⁰ Festa que acontece há mais de 20 anos reúne um público diverso mensalmente na quebrada com música e partilha de alimentos. (<https://periferiaemmovimento.com.br/panealfro092023/>)



Registro da aplicação do questionário. Panelafro Maio/2024.

Complementando a abordagem presencial, foi implementado o mesmo questionário online para alcançar um público mais amplo e diversificado, incluindo aqueles que não puderam comparecer ao evento Panelafro. A plataforma escolhida foi o Google Forms para criar e distribuir o formulário, aproveitando sua facilidade de acesso.

O link do formulário foi compartilhado nas redes sociais, individualmente e em grupos de discussão online, diretamente a frequentadores conhecidos e membros dos coletivos por meio de mensagens instantâneas.

Foi garantido anonimato e confidencialidade nas respostas, e o formulário ficou disponível online por um período de duas semanas, permitindo que um número significativo de participantes pudesse contribuir com suas opiniões. No total foram 105 pessoas atingidas pela pesquisa, entre respostas presenciais e virtuais. Na edição do mês de Maio do Panelafro estavam presentes em torno de 250 pessoas.

Após a coleta, os dados foram analisados quantitativa e qualitativamente. A análise quantitativa envolveu a tabulação e a geração de gráficos para identificar padrões e tendências nas respostas. A análise qualitativa focou na interpretação das indicações nas respostas assinaladas, proporcionando uma compreensão mais profunda das percepções e expectativas dos participantes.

A maioria dos respondentes se identifica como feminino cis (59%). Isso sugere uma maior participação ou interesse desse grupo no evento. Há uma diversidade notável de gêneros, incluindo masculino cis, masculino trans,, não binário e outros. Embora

as porcentagens dos gêneros trans masculino (1%), não binárias (2.,9%) e outros sejam pequenas, a presença deles indica uma inclusão de diversas identidades de gênero. Porém esse índice indica que é necessário se atentar a políticas que tornem aproximem esse público do espaço da Casa, visto que na amostragem não tiveram respondentes feminino trans.

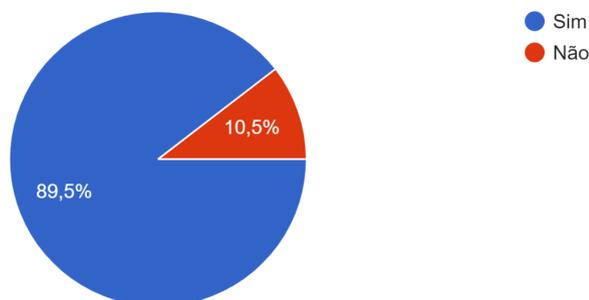
A maioria dos respondentes está na faixa de 18-24 anos (44.8%), seguida pela faixa de 25-34 anos (27.6%). Isso sugere que o evento atrai principalmente jovens adultos. Já os respondentes que possuem menos de 18 anos foram 12.4%, indicando que há também um interesse significativo de adolescentes.

Sobre a localidade de residência das pessoas frequentantes da CCMBM, obtivemos 100 respostas assinalando moradia na zona Sul de São Paulo (95,2). Deixa nítida a apropriação e direcionamento do evento aos moradores do território, por ser um encontro que acontece a muitos anos, fazendo parte da tradição local toda última sexta feira do mês.

O primeiro dado importante de se avaliar quanto ao engajamento, é a participação do público em protestos ou manifestações políticas. O resultado mostra que 89,5% responderam "Sim" e 0,5% responderam que "Não". Assim, a gestão da Casa de Cultura pode considerar que existe um público altamente ativo e engajado politicamente. Isso pode influenciar a forma como a comunicação e as atividades são planejadas, garantindo que atendam a um público que valoriza a participação cívica. Importante entender as razões por trás da não participação desta minoria. Programas e atividades que educam e incentivam a participação cívica podem ser desenvolvidos para engajar essas pessoas.

6 - Você já participou de protestos ou manifestações políticas?(passeata, assinatura de abaixo assinado ou petição, etc)

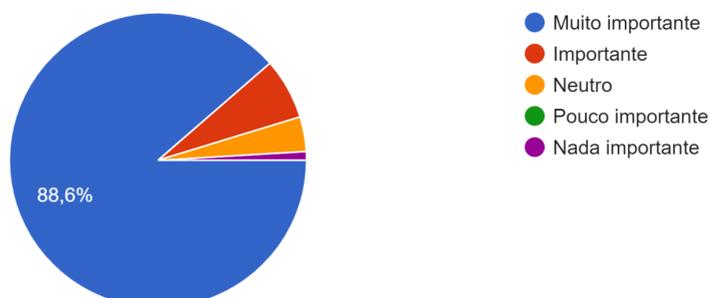
105 respostas



A grande maioria dos respondentes da pesquisa aplicada nos frequentadores da Casa de Cultura M'Boi Mirim (88,6%) considera a participação civil na política como "Muito importante". Isso indica um forte reconhecimento da relevância do envolvimento dos cidadãos em questões políticas, sugerindo que os participantes veem a participação civil como crucial para a gestão eficaz e representativa da Casa de Cultura. E o que pode refletir um alto grau de conscientização e valorização da participação cidadã. Apenas uma pequena fração dos respondentes considera a participação civil como "Neutro" (2,7%), "Pouco importante" (2,7%) ou "Nada importante" (1,4%). Esses números são bastante baixos, indicando que poucas pessoas não percebem ou desvalorizam o impacto da participação civil na política.

7- Quão importante você considera a participação civil na política?

105 respostas



A maior barreira identificada é a "Falta de informação", com 75,2% dos respondentes escolhendo esta opção. Isso indica que muitos participantes sentem

que não têm informações suficientes sobre como se envolver politicamente na gestão da Casa de Cultura. Esse é um ponto crítico a ser abordado, pois melhorar a disseminação de informações pode potencialmente aumentar o engajamento cívico.

A segunda barreira mais citada é a "Falta de tempo", com 42,9% dos respondentes. Isso sugere que compromissos pessoais e profissionais podem impedir que as pessoas se envolvam mais na gestão da Casa de Cultura. Soluções que facilitem a participação, como reuniões em horários mais acessíveis ou formatos de participação online, podem ajudar a mitigar este obstáculo.

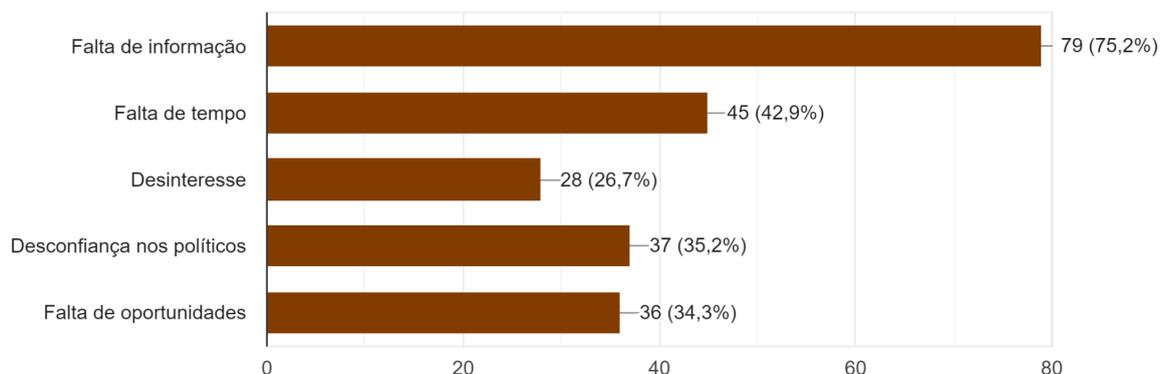
"Desconfiança nos políticos" foi selecionada por 35,2% dos respondentes. Isso aponta para um problema de credibilidade e confiança nas lideranças políticas, o que pode ser um desafio significativo. Aumentar a transparência e a prestação de contas pode ser uma maneira de reconstruir a confiança e incentivar a participação.

"Falta de oportunidades" foi marcada por 34,3% dos participantes. Isso indica que algumas pessoas podem não estar cientes das formas específicas de se envolver ou sentir que não há vias abertas para sua participação. Criar e divulgar mais oportunidades de envolvimento pode ajudar a resolver essa questão.

O "Desinteresse" foi identificado por 26,7% dos respondentes. Isso pode ser um reflexo de uma falta de percepção sobre a importância ou os benefícios do envolvimento, ou pode indicar uma apatia em relação a questões políticas locais. Iniciativas que mostrem os impactos positivos da participação podem ajudar a engajar este grupo.

8 - Quais são os principais obstáculos que você acredita que impedem as pessoas de se envolverem politicamente na gestão da Casa de ...M'Boi Mirim? (Selecione todas as que se aplicam)

105 respostas



Quando questionadas sobre o que poderia ser um incentivo para as pessoas se envolverem mais na gestão da Casa, a resposta mais selecionada foi "Mais transparência nas ações da coordenação", com 53,3% dos respondentes. Isso reforça a ideia de que a transparência é crucial para aumentar a confiança e o engajamento. A coordenação da Casa de Cultura pode focar em comunicar de forma clara e aberta suas ações, decisões e processos para envolver mais a comunidade.

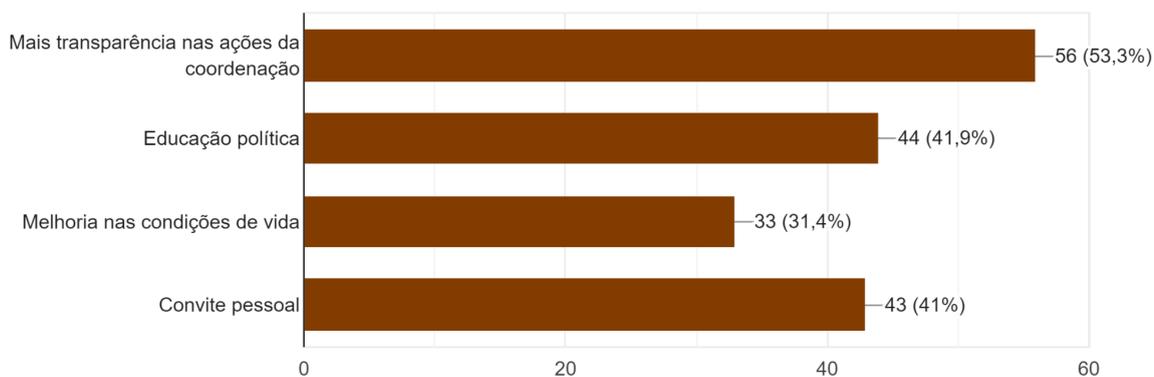
"Educação política" foi escolhida por 41,9% dos respondentes. Isso indica que muitas pessoas acreditam que uma melhor compreensão dos processos políticos pode incentivá-las a se envolver mais. Oferecer workshops, palestras e materiais educativos sobre política e gestão cultural pode ser uma estratégia eficaz para aumentar a participação.

"Melhoria nas condições de vida" foi marcada por 31,4% dos respondentes. Embora este fator possa estar fora do controle direto da Casa de Cultura, iniciativas que contribuam para o bem-estar da comunidade podem indiretamente fomentar um ambiente mais propício para o envolvimento cívico. "Convite pessoal" foi selecionado por 41% dos respondentes. Isso mostra que um toque pessoal e direto pode fazer uma grande diferença no engajamento. A coordenação pode considerar estratégias que incluam convites pessoais para eventos e atividades, bem como

programas de incentivo à liderança comunitária, fortalecendo as associações de moradores..

9 - O que poderia incentivar você a se envolver mais na gestão da Casa de Cultura? (Selecione todas as que se aplicam)

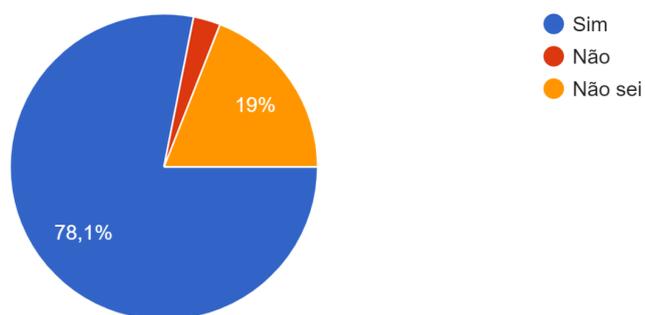
105 respostas



Na tentativa de perceber o quanto as pessoas acreditam que a participação popular realmente faz diferença nas decisões políticas que definem o funcionamento da Casa de Cultura, nos deparamos com os seguintes números:

10 - Você acredita que sua participação pode fazer a diferença nas decisões políticas que definem o funcionamento da Casa de Cultura?

105 respostas



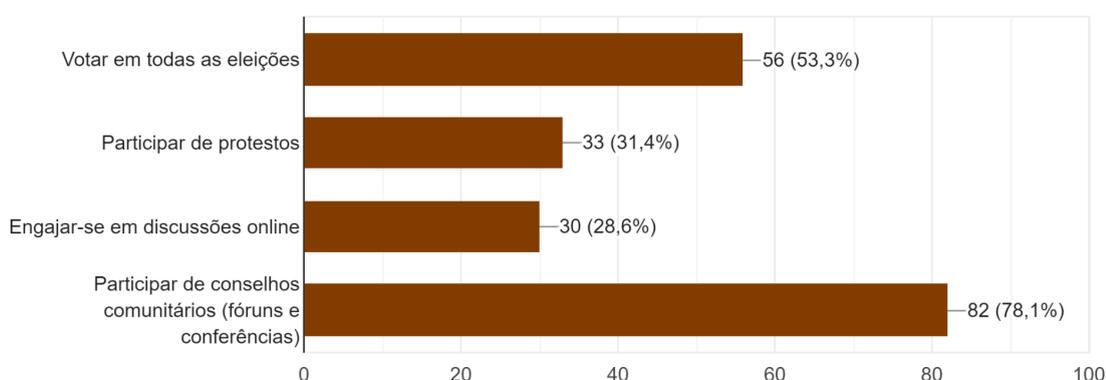
A maioria esmagadora (78,1%) acredita que sua participação pode fazer a diferença nas decisões políticas. Isso demonstra uma confiança considerável na capacidade de influenciar a gestão da Casa de Cultura. Esse resultado positivo é um indicativo de que a gestão deve empregar esforços para promover e facilitar a participação

dos frequentadores, visto que eles se sentem empoderados e acreditam que suas vozes são ouvidas. Porém, aproximadamente 19% dos respondentes não acreditam que sua participação faça diferença, enquanto 2,9% não têm certeza. Esse grupo pode estar desiludido com processos participativos anteriores ou pode sentir que há barreiras significativas para a efetiva influência.

Por fim, como indicativo de melhor maneira de influenciar as políticas públicas, restou claro a grande necessidade da implementação e manutenção de conselhos comunitários, através de Fóruns e Conferências, diante das respostas:

11 - Em sua opinião, qual a melhor maneira de influenciar as políticas públicas?

105 respostas



Isso destaca a importância atribuída a espaços de diálogo e participação direta na formulação de políticas. Desta forma, a coordenação deve incluir no planejamento de gestão, a organização de mais fóruns e conferências, além de incentivar a formação de grupos de trabalho temáticos. Destaco a fala de Arakurin quando diz sobre a importância dos espaços de diálogo:

Por isso o diálogo é importante. Pois se apresentamos outras visões, cria-se a possibilidade de mudança de postura, de ações, de objetivos, e de forma mais honesta, juntas e humana. Pois o sistema tira a nossa humanidade, nossa sensibilidade. Nos torna carrascos. Autoritários. O que importa são os objetivos individuais. (ARAKURIN, 2022)

IMPACTOS NO FUNCIONAMENTO DO ESPAÇO E CAMINHOS POSSÍVEIS

A primeira questão é que a baixa participação civil como um todo, é um descumprimento da constituição federal, que prevê esse direito.

Isso parte da ideia de que o Estado é o único detentor e responsável em “oferecer” cultura para a parcela da sociedade que é “inculta” ou desprovida de intelectualidade, sendo que é nos costumes cotidianos que as expressões culturais nascem.

Em Maio de 2012 foi criada dentro do Ministério da Cultura a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC)¹¹, bem como a Lei Cultura Viva aprovada em 2014.

Esse processo propôs que o protagonismo fosse devolvido aos grupos e coletivos culturais nos processos de gestão, descentralizando as decisões do Estado.

O dever do Estado é fornecer meios para que os cidadãos produzam e difundam suas próprias culturas. Mas o maior desafio é promover a participação civil na construção dessas políticas culturais.

A baixa participação nos processos de gestão pelos agentes culturais pode acarretar na exclusão aos bens culturais, discriminação das culturas populares e tradicionais, falta de reconhecimento aos fazeres das comunidades culturais, entre outras. Porém, existe um conjunto de situações que causam esse afastamento dos agentes culturais, como a centralização dos debates em espaços centrais da cidade, assim excluindo a periferia; gestores indicados por relações políticas e não por terem preparo para a função; pouca divulgação e articulação de reuniões deliberativas; pouca difusão de informações.

A gestão da então prefeita Luiza Erundina (1989 - 1992) foi onde a noção de cidadania cultural começou a ser discutida, através da Secretária Municipal Marilena Chaui. A ideia central é que todos os indivíduos são sujeitos culturais, e que não faz sentido apenas alguns grupos seletos terem acesso a meios de produção cultural, como verba pública de incentivo.

E como marco no caminho de melhor articulação, a III Conferência Municipal de Cultura realizada em 2013, foi muito importante, visto que reuniu em torno de 482 pessoas, entre sociedade civil e representantes do Estado.

Fica nítida a incoerência nas indicações dos gestores culturais, que em sua maioria não são participativos nas construções das políticas estruturantes, e sim funcionam como pontos de controle de poder por parte de vereadores e das subprefeituras.

¹¹ A SCDC foi criada pela junção de duas secretarias anteriormente existentes: a de Cidadania Cultural (SCC) e a de Identidade e Diversidade Cultural (SID).

As ações práticas para tratar o problema da falta de participação devem ser pensadas sobre cada aspecto do problema, como a falta de divulgação das reuniões de cultura, que devem ser realizadas nos territórios periféricos e divulgadas através de cartazes, panfletos, faixas e visitas sensibilizadoras, pois muitas vezes apenas as redes sociais não chegam aos cidadãos que não possuem acesso livre à internet. E essas visitas devem ser realizadas pelos funcionários da SMC de maneira periódica, estando no cronograma e planejamento de trabalho do órgão, não sendo menos importante que as tarefas burocráticas e administrativas. É importante que a Secretaria esteja de corpo presente nas periferias para garantir que a informação chegue e circule, e as comunidades percebam que a cultura é um direito essencial.

Se as reuniões ocorrem apenas nas áreas centrais da cidade, o debate e as decisões partem apenas desta perspectiva, não levantando demandas das regiões mais afastadas e por consequência menos assistidas. A descentralização dos encontros é uma ação primordial, dando a possibilidade da realização de plenárias e fóruns nas subprefeituras e/ou nos próprios equipamentos de cultura espalhados pela cidade. Até mesmo a criação de uma agenda de eventos culturais como saraus, espetáculos, sessões de cinema, com o intuito de mobilizar a população e mostrar que a Secretaria está presente, atuante e disposta ao encontro e escuta.

E como todo plano de ação, essas estratégias precisam de recursos humanos e financeiros para serem executadas, desta forma o corpo técnico da Secretaria precisa estar forte e qualificado. Significa que concursos precisam ser abertos, licitações para empresas de mídia que cuidem de uma boa comunicação, e elaboração de editais que democratizam o acesso dos agentes de cultura à verba pública, a qual viabiliza os projetos. Realizar pesquisas em cada território, para conhecer suas especificidades pode auxiliar no desenvolvimento das políticas culturais que sejam coerentes com as demandas, pois não se pode generalizar e desconsiderar a diversidade e pluralidade das expressões de cada região da cidade. Significa fechar parcerias com os agentes (produtores, artistas e gestores locais) que vivem e fazem acontecer a cultura nas periferias, apoiando os eventos que acontecem há anos e possuem um poder de mobilização enorme.

De maneira colaborativa, a Secretaria Municipal de Cultura deve se colocar à disposição dos espaços culturais independentes da cidade, incluindo-os na agenda das reuniões.

Tudo isso faz parte da construção e resgate da relação entre Estado e sociedade, na qual deve haver confiança e interesse de ambos os lados. Para promover a participação, precisa-se realizar formações nas quais se explique a importância desse processo, pois não é intuitivo e se torna distante a ideia de cogestão das políticas públicas. Munir os grupos culturais de autonomia para a auto organização das reuniões territoriais, tira da SMC a exclusiva responsabilidade de promover esses encontros. Assim, os agentes também se tornam essenciais no processo de fomento à participação civil.

Entre todas as ações para aumentar a participação dos agentes culturais, a que melhor precisa ser pensada é a contratação de empresas de mídia para a divulgação, pois os processos de licitações são quase sempre envolvidos em questões judiciais, causando desconfiança e descrédito. É importante destacar que as empresas de mídia podem segmentar campanhas para atingir grupos específicos, como jovens, famílias, idosos ou comunidades específicas. Isso garante que a programação da Casa de Cultura chegue às pessoas mais interessadas e que podem se beneficiar mais das atividades oferecidas. Além disso, permite que a gestão da Casa de Cultura se concentre em outras áreas importantes, como a programação e a gestão interna.

Bem como a relação com as subprefeituras, que são comandadas por poucos vereadores que indicam supervisores de cultura sem nenhum preparo ou conhecimento técnico na área, gerando insegurança e pouca efetividade. Aqui cabe destacar um trecho incisivo da entrevista de Edna Maria, onde ela aponta o impacto dessas indicações políticas na administração da Casa:

Não existe a disponibilidade de conversar, não existe a disponibilidade de ter uma reunião, porque falta às coordenações essa preparação para sentar, conversar, dialogar, ouvir. Porque acha que sempre que a gente chama para conversar é para reclamar. Porque mesmo que a gente queira contribuir, não existe essa disponibilidade. Existe sempre o medo. Eu acho que falta é uma preparação dessas coordenações, que são indicações políticas, de entender qual é o trabalho da cultura, qual é o trabalho da cultura para a comunidade e que nós estamos lá para trabalhar para a comunidade. E que essa comunidade é a mesma comunidade que a casa, que a Secretaria de Cultura deveria atender. (MARIA, 2024)

Para melhorar a participação na gestão da Casa de Cultura, recomenda-se focar em diversas ações. Primeiramente, é essencial aprimorar a comunicação e a

disseminação de informações relevantes, garantindo que todos os membros da comunidade estejam bem informados sobre as atividades e oportunidades de participação. Além disso, oferecer formas flexíveis e acessíveis de participação pode facilitar o engajamento de um público mais amplo, incluindo aqueles com horários ou necessidades diversas.

Trabalhar para aumentar a transparência é outra medida crucial, pois ajuda a construir a confiança da comunidade na gestão da Casa de Cultura. Por fim, é importante promover ativamente os benefícios e impactos positivos da participação ativa, demonstrando como o envolvimento na gestão pode trazer melhorias tangíveis tanto para os indivíduos quanto para a comunidade como um todo.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. 2.ed. revista e ampliada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DASSOLER, Elisa Rodrigues. *Do triângulo da morte ao círculo das artes: um olhar sobre a movimentação cultural da periferia sul de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cjaba/n1/12.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2024.

FARAT JUNIOR, Luiz Carlos. *Entre o Jardim Ângela e o Capão Redondo: um estudo sobre formação de consciência histórica e conflitos*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.48.2019.tde-26042019-114301. Acesso em: 20 jun. 2024.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões*. Salvador: EDUFBA, 2019.

MARTINS, Jonathan Alves. *Engajamento coletivo na primavera secundarista: a ocupação da Escola Estadual José Lins do Rego*. 2020. 108f. Dissertação

(Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/30074/1/Engajamentocoletivoprimavera_Martins_2020.pdf> Acesso em: 07 jun. 2024.

MATHEUS, Tiago Corbisier. Vulnerabilidade social e solidariedade entre jovens: Jardim Ângela e Jardim São Luís. *Psicologia & Sociedade*, 31, e170505. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31170505>> Acesso em: 12 jun. 2024.

NASCIMENTO, Roseli Machado Lopes do. *Arte-educação nos contextos de periferias urbanas: um desafio social*. 2010. 316 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/4211/1/Roseli%20Machado%20Lopes%20o%20Nascimento.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2024.

REDE SOCIAL BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS. *Homicídio juvenil*. São Paulo: 2017. Disponível em: <<https://www.redesocialdecidades.org.br/br/SP/sao-paulo/regiao/++jardim-ngela/homicidio-juvenil>> Acesso em: 31 Mai. 2024.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=0phkBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=Ribeiro,+Darcy.+\(1995\).+O+Povo+Brasileiro:+A+Forma%C3%A7%C3%A3o+e+o+Sentido+do+Brasil.+Companhia+das+Letras.&ots=IUVhiwfJHV&sig=A8qMh7KiNrYGNEhAQBCN1x4sjZ0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=0phkBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=Ribeiro,+Darcy.+(1995).+O+Povo+Brasileiro:+A+Forma%C3%A7%C3%A3o+e+o+Sentido+do+Brasil.+Companhia+das+Letras.&ots=IUVhiwfJHV&sig=A8qMh7KiNrYGNEhAQBCN1x4sjZ0#v=onepage&q&f=false)> Acesso em: 31 Mai. 2024.

SÃO PAULO. SMC. *Decreto nº 57.528, de 12 de dezembro de 2016* - Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2016/5753/57528/decreto-n-57528-2016-dispoe-sobre-a-reorganizacao-e-as-atribuicoes-da-secretaria-municipal-de-cultura-cria-e-altera-a-denominacao-de-equipamentos-culturais-bem-como-al>>

tera-a-denominacao-e-a-lotacao-dos-cargos-de-provimento-em-comissao-que-especifica> Acesso em: 17 Nov. 2023.

SILVEIRA, Paulo F. *Casas de Cultura e ocupações culturais*. [S. l. (*sem local)]: A terra é redonda, 2022. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/casas-de-cultura-e-ocupacoes-culturais/>> Acesso em: 31 Mai. 2024.

APÊNDICES

IMPRESSÕES DOS COLETIVOS DA CASA DE CULTURA

Optou-se por anexar no corpo da pesquisa trechos completos das entrevistas realizadas junto aos representantes de alguns dos coletivos, pois as respostas completas podem conter informações valiosas que não foram inicialmente consideradas, mas que podem ser relevantes para uma análise mais aprofundada ou para futuras pesquisas. Além de aumentar a credibilidade da pesquisa ao mostrar as fontes primárias diretamente.

FLOR DE LIS

Representando o coletivo *Flor de Liz*, Edna Maria Santos, formada em psicologia, especializada em educação. Atuou no Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO) do Guarapiranga entre os anos de 1990 a 1996, quando chegou à Casa de Cultura.

1. Como você avalia a transparência das ações da administração da Casa de Cultura?

Olha, não existe nenhuma proposta de transparência. A gente tenta uma comunicação, uma conversa, a gente já teve administrações até mais difíceis no sentido de conversa, mas não existe, não existe nenhuma transparência das ações. Existe quando a gente tem alguma proposta que é mais ampla do que o nosso trabalho do dia a dia, como algum evento especial, alguma necessidade de conversar sobre a utilização do espaço, sobre o espaço comum com outros grupos em dias da semana, por exemplo. (...) Então, nesses momentos, a gente conversa, quando existem momentos onde a gente precisa usar a Casa em horário fora do

funcionamento, então, a gente conversa. São momentos pontuais, mas sobre a programação geral da casa, sobre as questões ou reuniões, isso não existe, não é possível, nós já sugerimos, mas isso nunca aconteceu. Então, na verdade, são conversas, cada uma quando há alguma questão com um coletivo específico, a gente procura o coordenador e tenta resolver, mas não sendo assim, não existe nenhuma proposta coletiva.

2. Existem barreiras que dificultam sua participação nas discussões e decisões sobre a gestão da Casa de Cultura? Se sim, quais?

A única barreira é que não existe nenhuma proposta. Nós já fizemos propostas de reuniões coletivas, com todos os coletivos, com o coordenador da Casa, que seria o ideal, que a gente conversasse sobre programações mensais de reuniões, de conversas mensais, bimestrais, semestrais, sei lá, quanto com maior a frequência melhor, mas isso não existe, isso não aconteceu e as propostas também não acontecem. É muito difícil uma reunião dele com um grupo específico, por exemplo, com o Grupo Flor de Lis, a gente já em alguns momentos mais tensos, de algumas decisões mais complicadas, que o grupo se sentia com necessidade de conversar sobre aquela decisão, a gente chamou ele (o atual coordenador) lá para conversar. Agora, enquanto coletivos da Casa, enquanto propostas de sentar e conversar sobre a programação da Casa, sobre as dificuldades da Casa, sobre o uso do espaço, isso não existe, não tem essa proposta e mesmo que a gente faça essa proposta para a Coordenação, ele não se dispõe, porque acha que vai ser confronto. Então, não é uma coisa que vai acontecer, porque não existe essa disponibilidade da Coordenação.

3. Você acha que a participação dos coletivos na gestão da Casa de Cultura tem impacto nas decisões tomadas? Por quê?

Então, é um pouco difícil essa situação, porque, na maioria das vezes, nós não somos considerados trabalhando para a comunidade, especialmente porque a grande maioria das nossas atividades são as atividades que mais trazem público para casa, tanto de grupos, de oficinas, quanto de eventos pontuais, como o

Panelafro, como o baile, como o Salão da Cultura, como as atividades do Edi Santo, do Carnaval. Porque as outras atividades são programações contratadas, e essas atividades que eu acabei de pontuar são atividades geralmente voluntárias, que os coletivos realizam voluntariamente. Na maioria das vezes, não existe nenhuma verba municipal envolvida nessas atividades. Elas não são pagas. Elas são voluntárias ou, muitas vezes, com uma contratação anual por uma atividade que realizam. Vou dar o exemplo do baile que eu coordeno. O grupo que toca, que faz a parte musical durante quatro horas, no evento, por dez meses, por dez vezes, toda a última sexta do mês, de Fevereiro a Novembro, geralmente tem uma contratação por ano. E a gente acaba, nessa contratação, pagando uma ajuda de custo, se a gente dividir esse valor por dez meses, uma ajuda de custo. Vamos dizer que faça uma contratação de R\$5.000, que é o que geralmente se paga por uma contratação artística do mesmo nível. E, se dividir isso por dez meses, eles acabam recebendo R\$500 por mês. E, muitas vezes, é contratado por uma ajuda de custo, e, muitas vezes, é contratado um mesmo grupo com o mesmo potencial artístico por uma hora para fazer um evento com o mesmo valor. Esse é só um exemplo. A mesma coisa acontece com o samba, a mesma coisa acontece com o Edi Santo, e mesmo com o espírito zumbi, em relação ao Panelafro. Agora, o espírito zumbi foi contemplado com um fomento municipal que tem contribuído com isso, mas isso é pontual. O Panelafro tem mais de 20 anos. Enquanto grupos e mais grupos são contratados para eventos em que não tem ninguém, porque não tem uma divulgação, porque não tem o trabalho de criar público. Por falta de divulgação, às vezes fica sabendo na mesma semana, no mesmo dia, quantas vezes a gente já teve evento, teatro, que, enquanto a gente está tendo oficina, o teatro chega e se apresenta no palco para ninguém, porque não houve qualquer trabalho conjunto de discussão com o grupo. Não que o grupo de teatro não seja bom, só que não foi planejado. Em relação aos grupos da Casa, o que às vezes a gente sente é que a gente incomoda. Não que seja um trabalho conjunto. É muito difícil fazer um trabalho conjunto, mesmo que seja às vezes pontualmente. A gente é tido como aqueles que atrapalham a coordenação. Já tivemos discussões muito complicadas com outros coordenadores, completamente inviável de se conversar.

Não existe diferenciação do evento que é pago pela Secretaria de Cultura com o evento voluntário dos coletivos. Estamos atendendo a mesma população com o mesmo objetivo. Não existe essa compreensão. Quando o evento é da casa, muitas

vezes se tenta passar por cima de atividades que os coletivos programaram. Então, essa é uma luta meio constante, tanto da coordenação quanto dos funcionários. Muitas vezes eles falam que “o seu evento”, como se o evento que a gente organiza não fosse da Casa, não fosse para a comunidade. É uma visão um pouco distorcida sobre o que é o atendimento à comunidade, ao público. E muitas vezes tem questões que a gente até gostaria de discutir, porque vem de uma forma que vem lá de cima. Discussões e propostas ou questões que. Por exemplo, é proibido que os oficinairos, as pessoas que trabalham na casa, coloquem o seu carro na quadra enquanto estiver prestando serviço. Mas é permitido algumas pessoas de fora, por situações especiais, amizade ou questões políticas, colocar o carro lá, ou até mesmo o coordenador. Pessoas que vêm com instrumentos de trabalho, que trazem instrumentos musicais e caixa de som, não é permitido. Então, é uma questão que a gente sempre coloca. Ou, por exemplo, a limitação do horário de fechar a Casa, das atividades terem que se encerrar às 21h. Não é pensado que a população que é atendida pela Casa no período da noite tem que chegar em casa, e têm que muitos trabalham no centro, ou leva duas horas para chegar em casa. Então, essas pessoas ficam inviabilizadas de usar as atividades da casa, porque não tem tempo hábil de chegar, já que as atividades, por exemplo, que começam às 19h horas para terminar às 21h, essas pessoas não têm condição de chegar nesse horário.

Então, é sempre um momento tenso, é sempre com a gente tendo que botar o pé na porta, da gente ter que enfrentar, a ter que discutir, de ter que às vezes ir à secretaria contra essas atividades arbitrárias, que são leis gerais, mas que o coordenador deveria estar mais atento à especificidade da Casa, que não é possível terminar uma atividade desse porte, por exemplo, o painel, às 21 horas. Não estou dizendo que a gente nunca consegue, mas é sempre tenso, é sempre uma discussão, nunca é sentar e conversar sobre isso, e tentar programar. O uso dos instrumentos da casa, por exemplo. Eu sei que o samba tem dificuldades, porque o microfone é guardado não sei aonde, entendeu? Nunca é uma disponibilidade real para que a gente possa usar o espaço da Casa, o que a Casa pode oferecer de uma forma tranquila, de uma forma amigável. Eu sei que às vezes dá problema, porque usa, estraga, mas falta isso, sentar, discutir com todo mundo, conversar, ver qual é a melhor forma de usar, a melhor forma de guardar. Não, é sempre uma coisa tensa.

As melhorias que eu sugiro, como é um espaço coletivo, com muita gente usando, com muita coisa, a melhor forma é sentar e conversar, discutir, ter reuniões, desde a programação, desde o uso comum, as dificuldades de partilhar esse espaço que tem. Não estou dizendo que é fácil administrar uma casa, mas que a melhor forma que existe, eu não conheço outra, é sentar e conversar e discutir, tanto as propostas de planejamento quanto as dificuldades.

Por exemplo, outro dia fui ver lá, tem mais de 30 oficinas, e a grande maioria das oficinas são oficinas esvaziadas, com três, quatro pessoas. Muitas dessas pessoas se sentem intimidadas pela coordenação que elas têm que encontrar o público. Falta de planejamento, falta de conhecer o seu público e de saber que atividades, que oficinas agradariam ao público. Se essas oficinas forem oferecidas a essa população, e não estiverem de acordo com as características da população, não adianta colocar. Sei que tem várias oficinas que têm demanda, mas não vejo demanda para 30 oficinas diferentes e alguns horários específicos. Isso eu estou falando das oficinas só como exemplo, mas acontece com as outras atividades também. Teatro, espetáculos musicais, quantas vezes se leva pessoas, até grupos muito bons, com uma ótima qualidade, mas que não têm divulgação nenhuma, e eles chegam lá e apresentam para ninguém, para, muitas vezes, os bêbados da praça. Então, isso é muito comum, inclusive que eles reclamem disso acontecer.

E, muitas vezes também, nem a própria Casa se prepara para receber as pessoas. Eles chegam lá, não tem quem mexe no som (técnico), não tem quem organiza, não tem nada. Eu sei que existe a falta de funcionários, essa coisa toda, eu sei disso. Mas como é que se programa uma atividade artística se não tem ninguém que possa coordenar isso, que possa receber as pessoas, que possa oferecer aquilo que a comunidade precisa? Eu vejo isso como um grande desperdício do dinheiro público e uma sonegação de atividades culturais para a comunidade, por falta de um trabalho de divulgação, de adaptação ao seu público. E mesmo colocar na responsabilidade do profissional que está sendo contratado para divulgar, para trazer público, é uma responsabilidade que não pertence a ele. Então, a gente (os coletivos da Casa) somos os que realmente atendem a maioria da população. Eu nunca vi nenhuma atividade dos coletivos que não tenha um público expressivo. Todas elas têm público e têm a responsabilidade dos coletivos. A gente nunca propõe uma atividade que a gente não esteja presente. É sempre uma coisa largada, uma falta de se sentir trabalhador da cultura.

CAFÉ FILOSÓFICO

A professora de Filosofia, Sociologia e História da rede Pública Estadual de São Paulo Jaiane Estevam, que compõe também a coordenação do coletivo Café Filosófico da Periferia junto à comitativa da Casa Popular de cultura do M'Boi Mirim e milita há quase 2 décadas em movimentos sociais e culturais em prol de garantias para a população das periferias da Cidade.

1. Como você avalia a transparência das ações da administração da Casa de Cultura?

Bom, o primeiro ponto para nós (dos coletivos) é que entendemos a Casa de Cultura como uma estrutura diferenciada do que a Prefeitura entende. A entidade fundadora da Casa de Cultura se refere à Casa Popular de Cultura do M' Boi Mirim. Assim, ela foi fundada. Depois de um período, através do trabalho da Erundina enquanto prefeita, houve uma incorporação desse espaço quanto aparelho público. Que por um período ficou sob regência da subprefeitura, depois passou para a Secretaria Municipal de Cultura. Então, nós que fazemos parte dos coletivos, da entidade fundadora, ainda nos remetemos à Casa de Cultura M' Boi Mirim como Casa Popular de Cultura do M' Boi Mirim.

A gente sente ainda uma distância significativa em relação à gestão da Secretaria Municipal de Cultura e os coletivos da Casa. Isso já foi conversado várias vezes, já foi proposto inclusive a eleição do Conselho Gestor para facilitar um pouco desse diálogo com a comunidade. Mas eu ainda considero distante muito pela burocratização do que foi colocado em relação à administração e a comunicação com o território, e também por questões mais estruturais, mais políticas, digamos assim, diplomáticas.

2. Você acha que a participação dos coletivos na gestão da Casa de Cultura tem impacto nas decisões tomadas? Por quê?

A participação é muito baixa, há uma burocratização, há um sistema diferenciado da nossa gestão popular, que era uma gestão que propunha calendários, eventos, atividades, a partir do território, da escuta com a comunidade, para que se propunha

agenda. Hoje a agenda é muito mais de cima para baixo do que de baixo para cima. A secretaria delega o que vai ou não ocorrer de atividade no território, no espaço, e a comunidade acaba não opinando, optando sobre o que gostaria, o que teria mais a ver com a identidade do território, quais atividades se incorporariam melhor.

3. Como você avalia o impacto das atividades dos coletivos na comunidade local?

Eu acredito que o impacto da contribuição dos coletivos nos últimos anos e desde a fundação sempre foi determinante. A comunidade tem uma identidade cultural e uma afinidade com as atividades do coletivo. Acima do que com as atividades propostas de cima para baixo pela secretaria, colocadas na Casa, numa agenda muitas vezes sem pauta, sem consulta, eventos de cunho chamativo para o entretenimento, não necessariamente para a cultura de participação, conscientização, que os coletivos fazem.

O impacto na comunidade é profundo, nós temos coletivos na Casa de Cultura que prestam serviço à comunidade, tanto oferecendo cursos de arte e cultura nos diversos aspectos aos quais eles estão interligados, como oferecendo palestras, possibilidades de roda de conversa e também a possibilidade do impacto social, onde essa interação reduz muito a questão da violência. Nós conseguimos engajar a juventude, conseguimos engajar uma série de níveis de participação da comunidade, desde crianças a idosos. Uma participação ativa, eximindo a possibilidade deles terem contato com atividades nocivas a eles, dos mais diversos aspectos, e também a possibilidade de geração de impacto social, impacto econômico, onde muitos coletivos promovem feiras com artesãos, produtores e trabalhadores gerais do território que podem oferecer o seu trabalho, o seu produto, o seu artesanato, nas suas mais diversas atividades.

E todo esse caráter popular, cultural, territorial, é promovido prioritariamente pelos coletivos, que ainda resistem à participação na Casa de Cultura. E acredito que esse seja o prisma geral. Estou à disposição para qualquer questão, levantamento de dúvida, e continuamos aqui lutando pela existência, permanência do caráter popular da Casa Popular de Cultura do M' Boi Mirim.

CINE CAMPANA

O diretor, fotógrafo, roteirista e produtor audiovisual Wellington Amorim, traz a perspectiva do Cine Campana, cineclube que em 2016 exibia produções majoritariamente feitas na periferia, gerando ricos debates e democratização ao cinema.

1. Como você avalia a transparência das ações da administração da Casa de Cultura?

Eu fazia parte do coletivo que organiza o Cine Campana, que é um cineclube que usava a Casa de Cultura para falar de temas importantes para o território, para o Jardim Ângela, para a Piraporinha, para o Jardim São Luís, e era um encontro que a gente fazia uma vez por mês, na última Quinta-feira do mês, se não me engano, e a gente sempre trazia um filme de um contexto periférico ou de um produtor, ou de um tema relevante para o território, mas sempre buscando essa visão de realizadores periféricos.

Então, a gente sempre tinha uma relação um pouco distante da própria gestão do espaço (por conta do viés dos debates), foi muito difícil conseguir uma data para a gente conseguir realizar o Cine Campana, esse cineclube que a gente realizava no período de 2016, acho que a gente começou em 2015, mas o período mais ativo na Casa de Cultura foi 2016, e era muito difícil.

Eu acho que o maior exemplo que eu posso te da relação com a transparência do espaço, das ações da administração, é que a Casa de Cultura entrou em reforma, e fomos informados uma semana antes. Era uma reforma necessária que, por exemplo, exigia que tivesse acessibilidade no espaço. Uma obra pública. E foi uma loucura, porque fizeram a obra e entregaram sem acessibilidade, o que fez com que a Casa ficasse mais tempo ainda fechada. e quando a casa foi reabrir, a gente, enquanto coletivo, informamos que queríamos voltar com a nossa ação cineclubista, e na época, a Edi, que era a gestora da Casa, nos informou que não tinha mais agenda para o nosso coletivo. Informou que a Casa de Cultura, se não me engano, voltou a funcionar no meio do ano, era mais ou menos Junho, Julho, e ela disse que

até Dezembro já tinha a programação ocupando às Quintas-feiras, que era o dia que a gente fazia o nosso cineclube, então, assim, nenhuma relação de proximidade com a própria administração, existia um conselho gestor, um conselho dos coletivos que participam, que constroem a Casa de Cultura desde sempre. Mas a gente, enquanto coletivo(Cine Campana), muitas vezes não conseguia ir a esse espaço e a gente era engolido pela gestão do espaço. Certamente, os coletivos que construíram o conselho gestor, mantinham ali um espaço maior de resistência, e, nas vezes que eu pude ir, nas reuniões, também tinha ali uma certa luta pela transparência do dinheiro que entrava na Casa.

2. Você sente que há uma boa comunicação entre a administração da Casa de Cultura e os coletivos que ocupam o espaço?

Eu acredito que a comunicação que existe hoje, ou que existia também no tempo que eu exercia uma atividade na Casa, acaba sendo muito verticalizada. Existe um espaço entre os coletivos, onde se conectam, pedem ajuda. Então tem um grupo onde a gente sempre se ajuda, enquanto coletivos, às vezes falta algum equipamento de som para alguma atividade, como acontecia no próprio Cine Campana, e alguém de alguma outra coletiva que tem um projetor ou tem uma tela, poderia emprestar e ajudar. Então existe uma troca entre as coletivas, que eu acho que é quase que uma gestão real do que deveria ser a proposta de Casa de Cultura e da ocupação desses espaços pelos artistas locais do território. E a comunicação verticalizada, gera uma má comunicação, porque nem tudo é repassado para os colaboradores da Casa, só é repassado o que é conveniente, ou quando você tem algum respaldo político por trás.

E um ano depois do nosso Cineclube ser praticamente excluído e expulso da Casa de Cultura, eu fui selecionado para um programa que se chama Agente Cineclubista da SPCine.

Eu fui a primeira leva de Agentes Cineclubistas da SPCine, e a proposta do Agente Cineclubista era que eu pudesse fazer a gestão de Cineclubes em espaços culturais da cidade de São Paulo. Então os espaços pelos quais eu era responsável eram a Casa de Cultura do M' Boi Mirim e o Centro de Culturas Negras, que fica no Jabaquara. E quando eu voltei com a SPCine pra CCMBM para fazer a proposta do Cineclube, eu tive uma recepção totalmente diferente. Primeiro, porque existe uma

ligação direta da gestão, da atual gestão, enfim, da indicação dos gestores das Casas de Cultura pelos vereadores, e principalmente, falando da Casa de Cultura do M' Boi Mirim, pelo presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite, e isso influencia muito em como eles viam primeiro a nossa atuação enquanto coletivo, porque somos um coletivo que politicamente se manifesta, politicamente provoca discussões para o território através do cinema. Então para eles era um coletivo que ameaçava a hegemonia política desse vereador, que também é presidente da Câmara Municipal de São Paulo, e que indicou e indica há anos quem são os gestores da Casa de Cultura do M' Boi Mirim. Então, acho que quando eu volto com a SPCine, eu estou vestindo uma outra roupagem, primeiro como um funcionário do Estado, trabalhando para o Estado, e segundo com o respaldo político de uma gestão que diz respeito também à Prefeitura da cidade. Então, foi muito incrível porque eu tinha todas as datas possíveis para fazer o cineclube, coisa que enquanto coletivo eu nunca tive. Eu sempre fui morador do bairro, sempre atuei na Casa de Cultura através do Cine Campana, mas também através de um outro coletivo que se chama Café Filosófico da Periferia, que também é um coletivo que tem essa atuação muito política.

É a grande ironia da coisa, porque as coletivas que são, de fato, quem estão movendo, e falo dessa política pública da SPCine, inclusive com uma visão de que eles mesmos enxergaram no próprio Cine Campana o quanto isso era uma política pública que era necessária de ser realizada, e através disso veio o programa Agente Cineclubista. Então, eu acho que essas coletivas que atuam dentro da Casa de Cultura, elas estão o tempo todo servindo de laboratório, elas são praticamente um laboratório vivo de políticas públicas. Então, se a gente analisar a atuação dessas coletivas, se a gente entender a forma organizativa que elas tocam as atividades, a gente vai começar, inclusive, a construir políticas públicas que chegam mais na ponta e que tenham cada vez mais a cara da população que a gente pretende atender. Isso quando a gente fala da população periférica, preta, LGBT, de mulheres, desses territórios que são vulnerabilizados pela falta de política pública.

3. Quais melhorias você sugere para a gestão do espaço da Casa de Cultura?

A melhoria que eu sugiro para a gestão da Casa de Cultura, é uma participação mais ativa da comunidade e uma participação da comunicação da Casa de Cultura

no território de uma forma menos virtual. Porque eu acho que existe uma grande questão também com acesso à internet nos territórios, enfim, nem sempre é uma realidade para todo mundo. E quando você tem um espaço como esse, nesse território, que pode proporcionar para essas pessoas atividades a 10, 15 minutos da suas casas, eu acho que a comunicação do que acontece da programação de uma forma mais direta na rua ou na casa das pessoas, eu acho que isso também poderia ajudar. Mas mais do que isso, eu acho que um choque de gestão, entendendo a necessidade de uma gestão que seja parceira das coletivas e não que rivalize com as coletivas presentes no território, eu acho que é fundamental, isso inclusive pautando o próprio orçamento que a Casa de Cultura tem. Então, acho que esse choque de gestão, uma visão realmente para o território e a necessidade também de esvaziar a dimensão política que esse cargo da Casa de Cultura tem hoje, de ser diretamente atrelado ao presidente da Câmara ou algum vereador da Câmara Municipal de São Paulo, eu acho que isso traria também melhorias para a própria gestão, para o território e para tudo de uma forma geral.

ANIVERSÁRIO DE 38 ANOS DA CASA POPULAR DE CULTURA DE M'BOI MIRIM - 2022

Texto da Edna (grupo Flor de Lis)

Hoje estamos comemorando os 38 anos da Casa Popular de Cultura de M'Boi Mirim que teve o seu registro de nascimento em 10/03/1984.

Esta Casa Popular nasceu do desejo e da luta dos Coletivos de nossa região, que deram o seu suor para levantar estas paredes em mutirão, que depositaram aqui os seus anseios de um lugar no qual pudessem: construir coletivamente; um lugar onde se vissem representados culturalmente e pudessem vivenciar suas alegrias e esperança.

Esta Casa não nasceu em 10 de Março por acaso. Ela nasceu nesta data porque foi gestada por maioria de mulheres. Mulheres e homens que lutaram contra Ditadura, ou seja, esta Casa Popular de Cultura nasceu da Resistência pela Democracia, da Luta pela Igualdade de Direitos, pelo desejo de construir cultura coletivamente, pela valorização da cultura popular, pela Liberdade do fazer cultural e pela Esperança de um mundo mais justo e igualitário.

Cabe ressaltar que a Casa Popular de Cultura da região do Guarapiranga e M'Boi Mirim, assim que ela foi registrada, existia neste espaço desde março de 1984 e somente em dezembro de 1992 as Casas de Cultura do Município de São Paulo foram criadas pela Secretaria Municipal de Cultura. Esta união e parceria se deram com o reconhecimento em Diário Oficial, que oficializa o reconhecimento desta história de construção coletiva neste espaço e participação popular na gestão pública da Casa de Cultura de M'Boi, então criada naquele decreto. Respeitando-se inclusive, as indicações de gestores para a coordenação da Casa.

Cabe lembrar também a importância da Casa Popular de Cultura para a criação e manutenção deste espaço como um lugar de Cultura. No início deste processo, os coletivos fundadores da Casa Popular de Cultura tiveram que enfrentar milícias que queriam se apossar do espaço para ocupações, pessoas que queriam transformá-lo em quadra de futsal, projetos para que ela fosse transformada em Posto Policial.

Até mesmo depois da criação das Casas de Cultura Municipal foi de fundamental importância a participação popular, pois sem ela este espaço público não existiria, visto que no ano de 2000 houve a publicação de seu fechamento em Diário Oficial por um decreto do secretário Municipal de Cultura. Decreto que só foi revertido, um mês depois, graças à luta e resistência dos coletivos.

Outro momento importante e fundamental da participação da Casa Popular de Cultura aconteceu num período de quase 10 anos, no qual as Casas Municipais ficaram sob a administração da Subprefeitura. Neste período, esta Casa Municipal não recebeu sequer um centavo destinado a custear as atividades culturais. Assim, vivenciamos a subprefeitura de M'Boi Mirim se restringindo apenas à zeladoria de nossa Casa (manutenção do prédio, da vigilância e da limpeza). Para que este espaço pudesse continuar prestando os serviços para o qual ele foi criado: um espaço cultural, a Casa Popular de Cultura e seus Coletivos, assumiram sozinhos a responsabilidade de oferecer à nossa comunidade, o trabalho cultural que seria também da responsabilidade da administração pública.

Este projeto da Casa Popular de Cultura de M'Boi Mirim tem suor, trabalho, sonho e esperança de muita gente. Pessoas como alguns de seus fundadores: Maria Mistura, Maria Saraiva, Bernadete Vasconcelos, Neuza Nunes, Sr. Avelino, Conceição Peres, Aurélio Peres, Lindaci Silva e Zilda Rosa Vieira (a primeira coordenadora indicada pelos coletivos e contratada pelo Município. Indicação que foi respeitada até 9 ou 10 anos atrás). A Casa também é fruto dos que vieram

depois e ajudaram a manter esse sonho como Arakurin, Sergio Galli, Edna, Jocelino, Manoel, Vera, Herculano, Marcelo, Toninho, Rabi, Antônio, Daniel, Carlos, Euler, Luiz, Rita, Maisa, Odete, Alania, Nilda, Fabiana Ivo, Dico, Negho, Jaiane, Professor Gilberto (que não está mais fisicamente entre nós). Muitos e muitas que continuam aqui e/ou seguem construindo cultura em outros lugares. Esta Casa Popular de Cultura também decorre de tantos outros profissionais de diferentes áreas e de coletivos que descobriram aqui seus talentos e sua arte ou que beberam e bebem dessa fonte e levam consigo a força dessa luta, a alegria dessa vivência e a esperança desse sonho, como Aline, Gel, Shirley, Sucuri, Alan, Alemão, Cintia, Tubaina, Maris, Gal, Neia, Iluokan, Kizumba, Cocão, Daniel Fagundes, Grillo, Pessoa, Raquel ...

Identificamos essa “chama acesa” também nas ações de coletivos como na indignação das “Danças Furiosas” do Sansacroma, no empoderamento das Capulanas e na Força criativa do Umojá, que também beberam nessa fonte.

A Casa Popular de Cultura não é apenas um papel. ELA VIVE, por isso estamos comemorando o seu aniversário. Vive aqui e em outros lugares: no Vale do Ribeira com Marinho Mar com suas aulas de artes, em Minas com a construção coletiva de Herculano, nas aulas de Fiona para refugiados em Berlim, na dança de Timbó em Paris, nas histórias do Grupo Flor de Lis levadas em vídeos para Portugal e Estados Unidos; na participação deixada por de Arakunrin “Defender do Sagrado”, movimento mundial que aconteceu em Portugal em 2018.

Enquanto esta história e experiência de participação e cultura popular forem registradas e estudadas por Universidades em dissertações e teses de mestrado e doutorado, enquanto “os nossos” (Aline, Gel, Shirley, Neia, Iluokan, Grillo ...) forem pra universidade aperfeiçoar os seus conhecimentos e levar o que aprenderam aqui, este Projeto sobreviverá.

Enquanto este espaço puder proporcionar encontros como os de Jr. Kaboklo com Sebastião Bianco. (Encontro que pôde revigorar a Banda de Pífanos de Caruru e encontrar um novo membro para essa tradicional Banda). Enquanto este lugar puder ser o espaço onde proporcionou os ensinamentos das congadas, que Mestre Raimundo trouxe de Minas Gerais e ofereceu ao Flor de Lis - vivências estas que ele já não tinha mais lugar para compartilhar e nem mais ninguém que quisesse ouvi-las e teria morrido com ele. Enquanto Geraldo Magela do Candearte vier toda

quarta feira de Taboão de Serra com seu violão nas costas para compartilhar sua arte com o Grupo Flor de Lis..

Enquanto tiver espaço para a Noite dos Tambores e ainda para parcerias com a Cooperifa, as Escolas da Região, o Instituto Favela da Paz, o Bloco do Beco, CITA, a Feira Felizs , o Fórum do Idoso de M`Boi Mirim, Bloco do Hercu, a comunidade Santos Mártires, a Casa Popular de Cultura Viverá.

Ela vive no nosso fazer cultural aqui e onde os coletivos nascidos nesse espaço participam. Ela vive também, onde se vivenciar a “capoeiragem”, a roda de coco, os bastões do maculelê, as danças e se ouvir os tambores e os cantos que o Grupo Espírito de Zumbi tem realizado por mais de 30 anos, mostrando a sua arte de luta e resistência pela cultura afro brasileira. Ela vive ainda onde soar a força dos tambores do É DI Santo e onde se ouvir a voz de Edite e a poesia personificada em superação, junto com a Cooperifa, que também constitui a identidade desta Casa como um quilombo cultural. Identidade reavivada nos encontros semanais do Grupo Flor de Lis ou quando este sobe no tapete vermelho e mostra que “Ser Idoso é ser vitorioso” e que vive na luta diária do ser mulher, ser Idosa e ser de periferia ou que se mostra nas suas lindas e ricas danças e canções da cultura popular tradicional, criadas e coordenadas por Aline.

A Casa Popular de Cultura permanecerá viva enquanto continuar a reflexão dos professores do Café Filosófico; a luta por um teto pelo movimento de moradia; a resistência de mais de 30 anos do professor Arakunrin que carrega a alegria e descobertas dos muitos meninos e meninas que viram/viraram “gente grande” na Oficina de Capoeira. A Casa seguirá viva também pelo cultivo há mais de 25 anos de perseverança dos Tai Chi Chuan de Aldeir e Laudelina e da Oficina de Teatro com Sandra e pelos mais de 10 anos da roda de Samba do “Samba dá Cultura” nos lindos sambas tradicionais que abrilhantam também outros terreiros de “bambas” e alegam os nossos primeiros domingos de cada mês e ainda no furor dos tambores do Bloco de Carnaval do É DI Santo que ressoa a 10 anos pelas ruas do Piraporinha na segunda feira de carnaval.

Enquanto existir a alegria do Baile de Terceira Idade, que completará 26 anos em maio. Enquanto nas últimas sextas feiras de cada mês existir a cultura viva que há 20 anos o Espírito de Zumbi proporciona através do Panelafro, valorizando a contribuição do negro na cultura e na sociedade brasileira, existirá Casa Popular de Cultura de M`Boi Mirim.

Enquanto Este espaço for frequentado por milhares de pessoas pra vivenciar o seu fazer cultura popular, que vem de toda Cidade, do país e do Exterior, enquanto as pessoas do “centro” puderem compartilhar com os da periferia, sem medo, e puder pegar na mão dos que não são seus iguais com a alegria nos rostos, com a liberdade da dança em seus corpos, com a possibilidade de cantar, criar, viver a beleza, “lavar a alma” depois de um dia exaustivo da luta pela vida e pela sobrevivência: a Casa Popular de Cultura estará viva, porque ela vive em todos nós que compartilhamos esse fazer Cultura Popular, esse ideal de mundo.

Parabéns à Casa Popular de Cultura de M'Boi Mirim por seus 38 anos de Existência, de Luta e Resistência e parabéns a todos nós que damos vida a ela.